inforBANCA

ANO XXVII • Nº 104 | abr : jun | 2015
edição de primavera

Entrevista com **Rui Semedo** Presidente do Banco Popular

E QUANDO O TEMA É A ÉTICA…

A BANCA NO FINANCIAMENTO DAS EMPRESAS

A PROTEÇÃO DOS ACIONISTAS DOS BANCOS…

Revista do
Instituto de Formação Bancária
IFB – *The Portuguese Bank Training Institute*
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

Neste número...

Entrevista com...
Rui Semedo
Presidente do Banco Popular
4

Muitas pessoas não reconhecem o insubstituível papel dos bancos na economia e atribuem-lhes mesmo a causa de todos os males. O que é que, em concreto, a banca, no seu todo, pode fazer para reverter esta situação?
Obtenha a resposta a esta e a muitas outras questões com a leitura desta entrevista.

13 Divulgando...

14 **Instituições Financeiras Internacionais e o Apoio ao Setor Privado**
Ana Ferreira e José Moreno

17 Citando...

22 Secção
MARKETING BANCÁRIO
25 Anos de Comunicação Financeira
Luís Goldschimdt

27 ANÁLISE ECONÓMICA
Dinâmicas de Inflação e o BCE
Rui Constantino

30 Secção
EDUCAÇÃO FINANCEIRA
Uma Semana Dedicada à Educação Financeira na Europa
Rita Machado

32 *Lifestyle*

33 Atividades Internacionais do IFB

34 Formação em Alternância na Banca

Novo Paradigma nas Finanças Pessoais?
Pedro Mello e Castro
10

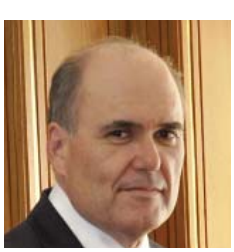
É muito importante garantir um acompanhamento profissional do cliente, particularmente em períodos de maior turbulência, para que haja tempo para colher os frutos dos investimentos.

E quando o Tema É a Ética…
José António de Sousa
15

É um tema [ética] que deve ser tratado com deliberação, intencionalidade e seriedade nas escolas se queremos realmente mudar (para muito melhor) a nossa sociedade.

A Banca no Financiamento das Empresas
Fernando Faria de Oliveira
18

Para se assegurar um crescimento económico razoável e sustentado na Europa, o mecanismo de transmissão da política monetária tem de ser complementado com medidas eficazes da política económica e orçamental e com reformas estruturais.



A Proteção dos Acionistas dos Bancos no Contexto da Diretiva de Resolução Bancária
Carlos F. Alves
24

Qualquer exercício de restrição ou limitação dos direitos acionistas somente deve ocorrer se tal for indispensável à prossecução do interesse público e apenas no estritamente necessário.

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

Editorial

Ficha Técnica

inforBANCA

Nº 104 | abr : jun | 2015

Propriedade:

Instituto de Formação Bancária
IFB – *The Portuguese Bank Training Institute*
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

Sede:
Av. 5 de Outubro 164, 1069-198 Lisboa
Tel.: 217 916 200
Fax: 217 972 917
e-mail: info@ifb.pt
www.ifb.pt

Diretor:
Manuel Ferreira

Redação:
Isabel Ribeiro
Helena Fontes
Ana Terras (*Lifestyle*)

Fotografias e Ilustrações:
Rui Vaz

Design Gráfico e Paginação:
Gracinda Santos

Impressão e Acabamento:
Jorge Fernandes, Lda
Rua Quinta Conde de Mascarenhas, 9
2825-259 Charneca da Caparica

Tiragem:
13 000 exemplares

Peridiocidade:
Trimestral

Depósito Legal:
15 365/87

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon
Distribuição gratuita aos empregados bancários, quando feita para o seu local de trabalho.
A responsabilidade pelas opiniões expressas nos artigos publicados na *inforBANCA*, quando assinados, compete unicamente aos respetivos autores.

Colaboram nesta edição da *inforBANCA* destacados protagonistas do nosso setor financeiro trazendo, cada um à sua maneira, importantes contributos para a interpretação da direção dos ventos de mudança que continuam a soprar de todo o lado.

Faria de Oliveira trata com grande profundidade o cada vez mais atual tema do financiamento da economia e destaca a quase umbilical ligação das empresas à banca que considera, como tem dito noutras ocasiões, "o coração da economia".

Na entrevista que nos concedeu, Rui Semedo, numa análise detalhada da banca que temos em Portugal em 2015, coloca a prioridade absoluta na necessidade da restauração da reputação, que designa de "irmã da confiança", e acredita que a formação pode dar um importante contributo para tal objetivo.

A proteção dos acionistas dos bancos é o tema de fundo do artigo de Carlos Alves. É a reflexão de um dos responsáveis pelo nosso regulador e supervisor do mercado que alerta para a importância da recente Diretiva da Resolução Bancária para a garantia da estabilidade financeira.

A *inforBANCA* acolhe neste número um contributo vindo do setor segurador através do presidente da Liberty Seguros. No mesmo, José António de Sousa aborda, com grande oportunidade, o tema da ética, que, pelas piores razões, continua na ordem do dia.

Destacamos ainda o artigo de Pedro Mello e Castro que trata da importante questão das finanças pessoais num contexto de taxas de juro historicamente reduzidas exigindo a adoção de novas respostas pelas instituições financeiras.

Na sua missão de formar e informar, a *inforBANCA* publica as suas habituais secções dedicadas à Análise Económica, por Rui Constantino, ao Marketing Bancário, por Luis Goldschmidt e à Educação Financeira, por Rita Machado.

Manuel Ferreira

Conselho Editorial do IFB/ISGB

Luís Vilhena da Cunha

Manuel Ferreira

Miguel Athayde Marques

António Ramalho

Bruno V. Cota

Mariana Pires

João Torres Pereira

Reinaldo Figueira

Ana Terras

Marta Carvalho

Banco Popular

Entrevista com...

Rui Semedo

Presidente do Banco Popular

I: A nível global, áreas importantes do negócio bancário, como as de pagamentos, estão ameaçadas por concorrentes vindos de outros sectores. O chamado *shadow banking* é já hoje uma perturbante realidade. Como vê os bancos do futuro?

RS: A resposta à questão "como vê os bancos do futuro?" está intimamente associada à visão que se tenha sobre o futuro e, mais especificamente, sobre a economia e a sociedade do futuro. Isto porque a actividade financeira e, dentro dela, a actividade bancária, são indissociáveis da configuração da economia e da sociedade. Como a transformação económica e social nunca pára, também a transformação da Banca é imparável, ainda que só verdadeiramente perceptível quando se toma como referência um longo período. Como a actividade bancária não é dada a saltos bruscos, perceber a sua evolução implica compreender os mecanismos que propulsionam as transformações. Vejamos então.

O período de crise que temos vindo a atravessar e que inegavelmente afectou o sector financeiro veio acelerar a inevitável transformação gradual, fruto de factores externos ao sector. O que a crise trouxe foi, por um lado, a degradação das condições de exploração dos bancos, de que o quadro de baixíssimas taxas de juro é parte, e, por outro, com influência no anterior, um acentuado reforço da moldura regulatória, cujos contornos vêm dificultar o papel dos bancos enquanto prestadores de serviços financeiros e plataformas decisivas para o financiamento da economia. As elevadas exigências de capital e a consolidação de uma cultura de maior aversão ao risco, revelando um movimento pendular de reacção às más experiências anteriores, vêm colocar sobre os bancos uma enorme pressão e confrontá-los com novos desafios.

Para além dos aspectos associados à crise económica e financeira que se arrasta já desde 2008, também factores de outra natureza contribuem para acelerar a transformação do sector. De entre eles destacaria, por um lado e pensando especificamente na Europa, os factores demográficos e, por outro, a uma escala global, o factor tecnologia. A uma população com um perfil diferente, associado em especial ao seu envelhecimento, correspondem necessidades e formas de relacionamento diferentes. Por seu lado, a tecnologia veio abrir perspectivas totalmente diferentes às formas de relação entre os Bancos e os seus clientes. Já todos sentíamos, desde os anos 80, que a crescente capacidade e a crescente velocidade, seja no processamento de dados, seja nas telecomunicações, estavam a revolucionar os modelos operativo e de negócio da banca. Da organização interna até à distribuição, tudo foi tocado pelo desenvolvimento tecnológico, mas hoje parece que o movimento do conjunto de factores disruptivos intensificou o seu ritmo e a transformação revelará novas formas mais rapidamente que o esperado antes da crise.

> "O papel dos bancos continua o mesmo, o que muda é a economia e, com ela, as prioridades de todos os participantes, entre os quais os próprios bancos."

Parece que, na Banca, estamos a entrar, definitivamente, na era do digital, do móvel, da Internet, do *big data*. Aquilo que até agora era uma tendência incontornável, mas previsível, passou a ser a base do que será o sector financeiro dentro de poucos anos. Tudo isso também ajudado pela progressiva entrada no mercado de uma geração de clientes já "filha" das novas tecnologias.

Toda a transformação tecnológica e as exigências colocadas ao sector financeiro tradicional aceleraram a abertura de espaço a operadores de fora do sector financeiro, cuja iniciativa, recursos tecnológicos e acesso a informação lhes abrem expectativas fundadas de poderem competir com sucesso com os operadores já instalados. Aí estão novos desafios para os bancos e para os reguladores.

Toda a transformação em curso não significará, no entanto, que os Bancos deixem de ser o eixo central do sistema financeiro, assegurando o funcionamento do

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

> "A crise trouxe novidades, mas não alterará o papel dos bancos."

sistema de pagamentos, fornecendo a liquidez indispensável ao quotidiano funcionamento da economia e, especialmente, garantindo o financiamento indispensável ao crescimento económico.

I: O papel dos bancos na economia portuguesa é agora diferente do que era antes da crise? Em que aspectos se verificaram as mudanças mais significativas?

RS: No essencial, o papel dos bancos na economia portuguesa, como em qualquer outra economia, pouco ou nada se alterou desde que os bancos se tornaram, já há muito, agentes determinantes no funcionamento do sistema económico. Tal como na Europa em geral, também em Portugal os bancos são as fontes fundamentais do financiamento da economia, para além de assumirem contornos de "bem público", ao contribuírem para a protecção da poupança dos cidadãos. Independentemente de situações geradas ou reveladas pela crise, não podemos deixar que se ofusque o papel do sector na economia e na sociedade.

Deixando de lado as particularidades de cada operador e pensando no conjunto, as mudanças do sector bancário em Portugal estão associadas às mudanças na própria economia. O balanço agregado do sector bancário espelha muito do que são as escolhas da sociedade, de empresas e de particulares. Por isso, o que pode mudar é a composição do balanço, em resultado do ajustamento nas escolhas dos agentes económicos. Mais poupança, menos crédito pessoal, mais financiamento à exportação, menos financiamento à actividade imobiliária, mais financiamento à agricultura, etc. O papel dos bancos continua o mesmo, o que muda é a economia e, com ela, as prioridades de todos os participantes, entre os quais os próprios bancos.

É claro que a crise se tem traduzido em alterações no sector e tudo indica que essas alterações estão longe de terminar. A paisagem do sector bancário em Portugal será seguramente diferente dentro de alguns anos, mas é bom recordar como era essa paisagem em meados dos anos 80 e como ela se alterou substancialmente desde então. Parece que a única coisa imutável é a própria mudança.

A crise trouxe novidades, mas não alterará o papel dos bancos. A crise acelera o processo de ajustamento dos modelos de negócio, mas não dispensará a existência de bancos bem geridos e inovadores, que respondam às necessidades do mercado.

I: O facto de o Popular fazer parte de um grupo internacional trouxe vantagens competitivas ao banco em Portugal?

RS: O Grupo Banco Popular tem cerca de 90 anos e uma relação com Portugal que, sob diversas formas, vem já dos anos 60. Hoje temos uma operação bastante completa, que vai da banca comercial aos seguros, passando pelo *factoring* e pela gestão de activos. Em todas as áreas beneficiamos da experiência acumulada pelo Grupo, em especial num mercado não muito diferente, mas bastante maior, como é o mercado espanhol.

Ter um accionista robusto e com grande tradição representa sempre uma vantagem, tal como é vantajoso beneficiar de importantes sinergias e de uma salutar troca de experiências. Todos sabemos que a banca comercial é uma actividade eminentemente local, para o sucesso da qual não deixam de ser importantes os contributos importados. É o nosso caso. Sem perder de vista as características do mercado português, não podemos ser insensíveis a experiências recolhidas noutros mercados.

No nosso caso, a experiência e sucesso acumulado pelo Grupo no mercado das pequenas e médias empresas é um estímulo importante para desenvolvermos a nossa vocação em Portugal. Queremos ser um banco de referência no mercado das empresas e, para isso, bebemos muito do aprendido do outro lado da fronteira. Já em 2014 fomos um dos poucos, senão mesmo o único banco, cuja carteira de crédito cresceu em Portugal. Para isso contou o permanente esforço de aperfeiçoamento na abordagem ao tecido empresarial português. Sentimos que estamos no bom caminho e o apoio do Grupo transforma-se numa efectiva vantagem competitiva. Pela reputação da marca, pelo *know how*, pelo capital disponibilizado e pelo modelo de negócio baseado na proximidade aos clientes.

I: Também entre nós, muitas pessoas não reconhecem o insubstituível papel dos bancos na economia e atribuem-lhes mesmo a causa de todos os males. O que é que, em concreto, a banca, no seu todo, pode fazer para reverter esta situação?

RS: O não reconhecimento do insubstituível papel dos bancos e a atribuição que se lhe faz da causa de todos os males é, em meu entender, uma reacção conjuntural e em certa medida compreensível, quando a agenda mediática e política elegeu os bancos como alvos preferenciais. Talvez tenha sido uma forma de desviar o foco, tentando concentrar na figura do "banqueiro" a essência e a origem de todo o mal.

> "Já em 2014 fomos um dos poucos, senão mesmo o único banco, cuja carteira de crédito cresceu em Portugal."

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

Não há dúvida de que muitas práticas e muitos agentes do sector contribuíram para estimular a crítica aos bancos, mas foi grande a amálgama. Primeiro confundindo-se os contornos da crise no mundo anglo-saxónico com as suas manifestações na Europa continental e, em especial, nos países do sul. Depois, não se estabelecendo diferenças entre os participantes no mercado e aplicando-se a todos a mesma bitola, quando, mostra a realidade, cada caso é um caso. Perante a pressão da crise, tendo a compreender as reacções dos cidadãos, sendo menos compreensivo relativamente a quem tem toda a informação que lhe permitiria ser mais pedagógico perante um processo de grande complexidade e impacto, como foi a crise financeira. Os bancos não são entidades desligadas da realidade e cumprem um papel relevante. Sofrem, por isso, efeitos de causas que lhe são estranhas. Terão responsabilidade, como muitos outros agentes económicos, mas estão longe de ter toda a responsabilidade. Por variadas razões, certo é que a sua reputação foi afectada.

Restaurar a reputação do sector bancário é uma prioridade absoluta, ou não fosse a reputação irmã da confiança, pilar fundamental da sua actividade. Compete, em primeiro lugar, aos profissionais do sector trabalharem para mostrar como um sector bancário transparente e bem gerido é fundamental numa sociedade que quer prosperar. Também aos accionistas das entidades bancárias e às autoridades estão reservados papéis importantes no processo de recuperação do prestígio e reconhecimento da importância do sector bancário.

O que está neste momento em jogo é a definição e aplicação de saudáveis regras de supervisão, controlo accionista e gestão, que reponham os princípios que devem orientar o sector financeiro como sector chave na economia. Como no essencial estamos perante aspectos comportamentais, é, mais uma vez, no sólido comportamento e carácter individual que se encontrarão as respostas adequadas. Temos de voltar a colocar no topo os critérios éticos, os bons exemplos, as atitudes transparentes e o equilíbrio, compatibilizando-os com a inovação, com a capacidade para assumir e gerir riscos e com a indispensável criação de valor.

Tal como acontece em qualquer outro sector, também no sector financeiro haverá boas e menos boas empresas, bancos bem e outros menos bem geridos, profissionais de maior e outros de menor qualidade. Não é todo um sector que pode ser levianamente e apressadamente condenado. As autoridades, os investidores e o mercado ditarão o veredicto.

I: Como comenta as drásticas e onerosas medidas que estão a ser implementadas a nível europeu nos domínios da regulação e da supervisão?

RS: Numa sobrereacção ao sucedido, estamos a assistir a uma deslocação do pêndulo, o que não deixa de comportar riscos. Esses riscos têm a ver com o próprio papel

"Restaurar a reputação do sector bancário é uma prioridade absoluta, ou não fosse a reputação irmã da confiança, pilar fundamental da sua actividade."

Banco Popular

"Temos de voltar a colocar no topo os critérios éticos, os bons exemplos, as atitudes transparentes e o equilíbrio [...]"

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

> "Cada vez mais sou favorável a ambientes laborais abertos, onde se sinta pouco o peso da hierarquia [...]"

desempenhado pelo sector financeiro na economia. A labiríntica regulação que conduzirá o sector está a assumir tal complexidade que pode ser um factor desincentivador na atracção de investidores de que ele necessita para se expandir, com óbvias consequências para a economia. Não questiono a necessidade de regular, mas temo que o peso excessivo da regulação possa ter efeitos perversos na capacidade para inovar e para assumir riscos, sem a qual se limitará o dinamismo indispensável a um sector tão no centro de todo o sistema económico.

Todas as medidas, desde as crescentes exigências de capital até às imposições de reporte, parecem apontar para uma normalização contrária à sã concorrência e ameaçadora de uma adequada rendibilização do capital investido, reduzindo a atractividade do sector. Transformar um banco numa espécie de *utility* não me parece ser o caminho. Vamos ter de esperar algum tempo para ver como estabiliza todo o enquadramento normativo em construção na europa. Quero acreditar que a sensatez acabará por triunfar. Entretanto, será bom que não nos esqueçamos do verdadeiro papel dos bancos na economia.

I: Em tempo de crise, as pessoas continuam a ser o mais importante? Que princípios o orientam na gestão do capital humano do seu banco?

RS: As pessoas são sempre o mais importante. São elas que estão no centro e é com elas que tudo se faz, que tudo se consegue. Uma empresa, seja ela um banco ou qualquer outra, tal como qualquer organização, é um conjunto de pessoas a actuar de forma articulada com a finalidade de alcançar determinados objectivos. No caso de uma empresa privada, a actuar num mercado concorrencial, o objectivo principal é, através da prestação de um serviço e/ou a venda de produtos, a adequada remuneração do capital nela investido. Esse objectivo é mais fácil de alcançar se todas as pessoas envolvidas se sentirem identificadas e conseguirem níveis adequados de satisfação com aquilo que fazem, sentindo-se úteis. Criar as condições para que assim seja, é um dos principais desafios de quem gere. Reconhecer este princípio é a base para ter uma empresa equilibrada onde todos se sintam envolvidos e sejam, por isso, mais realizadores.

Os mais importantes aspectos de uma saudável gestão das pessoas que formam uma organização são, em meu entender, o reconhecimento das diferenças, o respeito mútuo e a responsabilidade individual. Uma cultura suportada nesses três pilares é uma cultura orientada para o desenvolvimento das pessoas, para a criatividade, para a cooperação e para a execução, enfim, para os resultados. Quando os objectivos são claros e conhecidos, quando o ambiente é transparente, quando se estimula a participação e quando se premeia a iniciativa, estão criadas as condições para um ambiente simultaneamente equilibrado e produtivo.

Cada vez mais sou favorável a ambientes laborais abertos, onde se sinta pouco o peso da hierarquia, em que cada um tenha consciência da forma como a sua acção diária impacta na conta de resultados e onde se fomente a responsabilidade. Acredito que, mesmo numa actividade necessariamente muito regulamentada e sujeita a esquemas bastante rígidos de controlo, há espaço para promover a mudança permanente, envolvendo muitas pessoas em iniciativas mobilizadoras e com impacto no

> "[A formação] pode mesmo dar um contributo decisivo para restaurar a reputação da nossa profissão."

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

desenvolvimento do negócio. É isso que tentamos estimular internamente todos os dias e, por isso, temos uma organização onde, em geral, as pessoas se sentem bem e se empenham individualmente na realização dos objectivos colectivos. Todos conhecemos as ameaças que enfrentamos, as oportunidades que se nos abrem, os pontos fortes e os pontos fracos da nossa organização e, muito especialmente, todos sabemos o que temos de fazer em conjunto e o papel de cada um nesse processo. É isso que nos dá ânimo e determinação.

I: E sobre a formação e a gestão do conhecimento? Quais são as estratégias e as temáticas prioritárias?

RS: Num mundo, numa economia e numa actividade cada vez mais complexos, a formação é quase tudo. É, desde logo, a possibilidade de criar uma base comum de conhecimentos essenciais à actividade que desenvolvemos e, depois, é, em paralelo com a liderança aos diferentes níveis, o mecanismo mais adequado para impulsionar o desenvolvimento das pessoas.

A entrada acelerada do sector na era digital, em coexistência com princípios e práticas tradicionais, faz com que, mais que nunca, a formação esteja no topo da agenda. Ela pode mesmo dar um contributo decisivo para restaurar a reputação da nossa profissão. Será através dos exemplos de rigor, de comportamentos transparentes, de práticas de fácil explicação que se reconstruirá a confiança abalada. Aí joga a formação um papel importante.

> "Por mais diferentes que sejamos uns dos outros, ao unirmo-nos à profissão que escolhemos ou que nos escolheu, temos de incorporar princípios e práticas que vão para além dos conhecimentos técnicos."

No período que atravessamos, com a mudança geracional e com os novos desafios, coloco como prioritária a formação comportamental. Por mais diferentes que sejamos uns dos outros, ao unirmo-nos à profissão que escolhemos ou que nos escolheu, temos de incorporar princípios e práticas que vão para além dos conhecimentos técnicos. Depois vem, em meu entender, uma formação de cariz misto, isto é, entre o comportamental e o técnico, cujo objectivo é todos conhecermos bem o conjunto da actividade que um banco desenvolve, não fechando as pessoas dentro dos limites da sua função. É, poderíamos dizer, uma formação virada para a polivalência, para a capacidade para interpretar e discutir, para além dos temas nos quais estamos directa e quotidianamente envolvidos. Aqui ganha especial relevo o estímulo à participação, à geração de ideias, ao interesse pelo resultado final de tudo o que todos fazem. Por fim, vem a indispensável formação técnica, associada a tarefas específicas, mais ou menos complexas. É a conjugação dos diferentes tipos de formação que faz os bons profissionais.

A formação individual é uma constelação que se vai construindo e para a qual a empresa contribui providenciando módulos adequados, mas também incentivando a autoformação, isto é, o esforço de aprendizagem individual. Nada melhor para isso que estar permanentemente a confrontar os colaboradores com novos desafios, como falar em público, dar opiniões sobre funções que só conhecem por fora, experimentar tarefas que nunca fizeram, etc., etc. Tudo isso contribui para o desenvolvimento pessoal. E todos sabemos que antes de um bom profissional está uma pessoa sólida.

A formação vai continuar a estar no centro da vida da empresa, mas também ela tem de responder a novas exigências, sem nunca esquecer o que, afinal, na maioria das vezes nos distingue, ou seja, a atitude individual. É um pequeno aspecto que faz toda a diferença e, nesse domínio, assume papel fundamental, como formador, o líder de cada grupo, por mais pequeno que ele seja. **Sabemos que melhores pessoas fazem bancos melhores. É isso que interessa.** ■

Redigido segundo a antiga ortografia.

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

Novo Paradigma nas Finanças Pessoais?

Pedro Mello e Castro

Administrador Executivo, Banif – Banco de Investimento

A alocação do património financeiro das famílias portuguesas encontra-se muito concentrada em produtos conservadores, maioritariamente com remuneração fixa e garantida, designadamente depósitos, seguros financeiros com taxa garantida, instrumentos de aforro do Estado e fundos de investimento monetários. A penetração de produtos sem capital garantido, expostos aos riscos dos mercados de capitais, é extremamente diminuta. A título de exemplo, dos € 22,9 mil milhões em fundos de investimento no final de 2014, apenas mil milhões se encontravam em fundos de acções.

Quadro 1 – Evolução dos Principais Produtos de Aforro das Famílias em Portugal

M€	2010	2011	2012	2013	2014	Δ 2013/ /2014
Depósitos das Famílias	118 990	130 598	130 599	132 245	132 983	738
Produtos de aforro do Estado	16 156	12 692	11 085	12 158	17 189	5 031
Seguros Financeiros	43 964	37 492	37 512	39 548	42 511	2 963
Fundos de Investimento	25 711	22 048	23 713	24 648	22 924	– 1 724
Produtos Estruturados	9 595	8 650	9 062	11 017	12 761	1 744

Fonte: APS, APFIPP, BdP, BPI

Por esta razão, o contexto actual apresenta desafios estruturantes na gestão do património das famílias portuguesas. Vive-se um ambiente de taxas de juro historicamente reduzidas, pelo que é expectável que as famílias venham a diversificar os investimentos por outro tipo de activos, caso pretendam manter o nível de remuneração a que estavam habituadas. Para que tal seja possível, é importante que as entidades financeiras prestem um serviço de aconselhamento patrimonial global, que permita um aumento do nível de literacia financeira do cliente e a adaptação a um ambiente regulamentar com maiores exigências.

Em primeiro lugar, **destaque-se a evolução das taxas de juro das principais economias internacionais**, designadamente as da zona euro, dos EUA, do Reino Unido e do Japão, que convergiram para valores perto de zero.

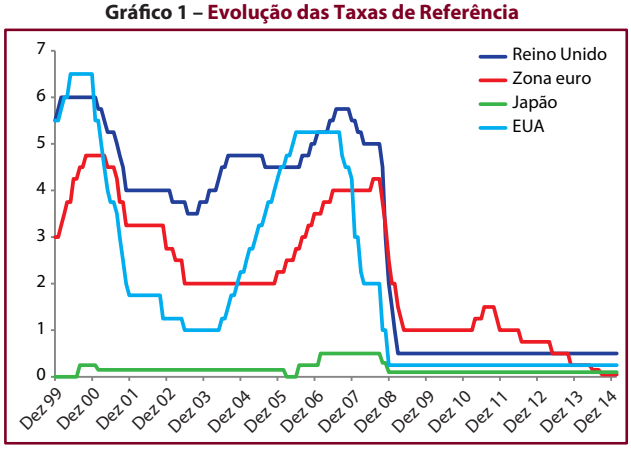
Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

> "[...] o contexto actual apresenta desafios estruturantes na gestão do património das famílias portuguesas."

Os principais bancos centrais foram forçados a desenvolver políticas monetárias sem precedentes devido à fragilidade da recuperação económica do período pós-Lehman Brothers. Efectivamente, estes prosseguiram também medidas não convencionais, que passaram pela compra de activos financeiros, tornando-se num dos principais actores dos mercados financeiros. O Banco Central Europeu foi a última entidade a adoptar estes mecanismos devido à ameaça de deflação que paira sobre a zona euro, pelo que é de esperar que nesta geografia o nível de taxas de juro se mantenha extremamente reduzido nos próximos anos. Em Portugal, este contexto fez-se sentir nos produtos de remuneração fixa, com particular impacto nos depósitos que registaram uma normalização do nível de taxas de juro, justificada também pela menor necessidade de financiamento dos bancos, fruto da desalavancagem ocorrida dos respectivos balanços nos últimos anos (Gráficos 1 e 2).

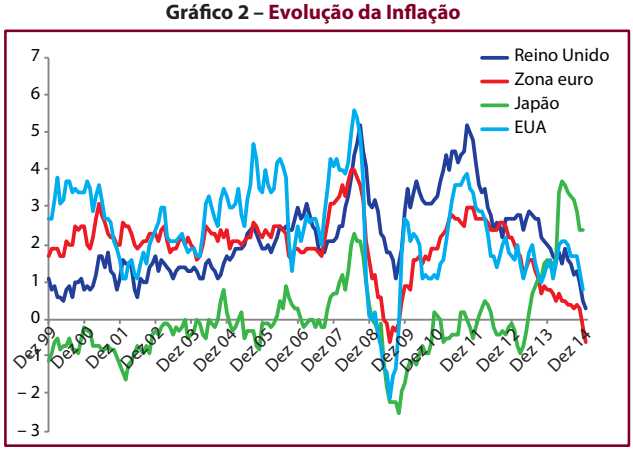
As políticas monetárias encetadas condicionaram também a evolução das rendibilidades implícitas das obrigações (ou *yields*) com repercussões nos produtos que directa ou indiretamente estão expostos a esta classe. De facto, o nível das *yields* das obrigações emitidas por governos encontra-se em níveis nominais e reais extremamente reduzidos, verificando-se inclusivamente taxas de juro de valor negativo nas partes curtas das curvas de rendimentos da Alemanha e da Suíça. A excepção vai para a dívida emergente emitida em moeda local, com uma *yield* de cerca de 6,17%, apesar de esta acarretar um risco cambial não despiciendo. Em relação às emissões de dívida de empresas, assistiu-se ao mesmo fenómeno: as *yields* convergiram para valores muito reduzidos, em particular as dos emitentes de maior qualidade (*investment grade*) – Quadros 1 e 2. Os mercados de acções também beneficiaram das políticas de injecção de liquidez, transaccionando actualmente em máximos históricos, encontrando-se de um modo geral com avaliações atractivas tendo em conta o actual contexto de taxas de juro (PER 2015 E IBES Consensus): EUA (S&P) 15; zona euro 13,5 e Japão 17,6. Nos últimos anos verificou-se um comportamento mais favorável do mercado americano, dado o maior vigor da respectiva economia, e dos sectores com remunerações accionistas favoráveis e expostos a mercados de crescimento, designadamente o sector farmacêutico e o de bens de consumo.

Gráfico 1 – Evolução das Taxas de Referência



Fonte: Bloomberg

Gráfico 2 – Evolução da Inflação



Fonte: Bloomberg

Quadro 2 – Curvas de Rendimentos (2, 5 e 10 anos)

	2 anos	5 anos	10 anos
EUA	0,61	1,55	2,07
Alemanha	– 0,22	– 0,07	0,36
Espanha	0,22	0,68	1,41
Portugal	0,27	1,19	2,15
Suíça	– 0,94	– 0,39	0,09
Reino Unido	0,43	1,18	1,81
Japão	0,03	0,11	0,38
Emergentes (JP Morgan EMBI)		6,17	

Fonte: Bloomberg. Preços a 23-2-2015

Quadro 3 – Distribuição da *Yield* por *Rating*

Índice	*Yield*
AAA	0,95%
AA	0,82%
A	0,93%
BBB	1,31%
BB	3,70%
B	7,63%
CCC	12,12%

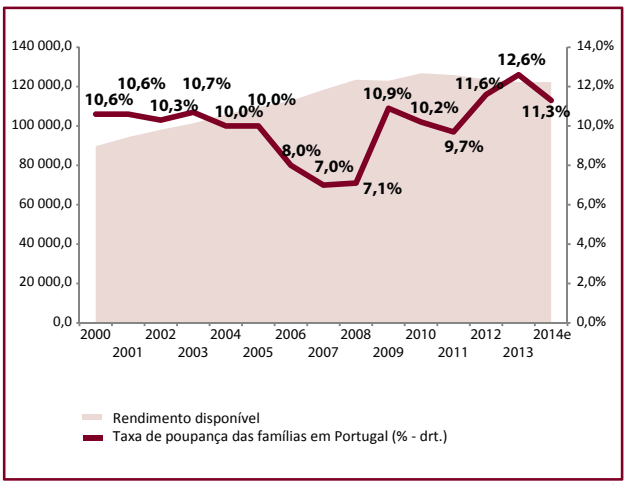
Fonte: Índices Ibo xx (Inv Grade) e JP Morgan (High Yield) 23-2-2015

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

> "Desde o início da crise financeira, em 2008, verificou-se que a taxa de poupança dos portugueses registou uma subida considerável, de 7% para 11,3% [...]"

A evolução da taxa de poupança é outro factor que importa analisar no contexto da temática das finanças das famílias. Desde o início da crise financeira, em 2008, verificou-se que a taxa de poupança dos portugueses registou uma subida considerável, de 7% para 11,3%, pese embora a deterioração do rendimento disponível das famílias nesse período. Esta evolução prende-se fundamentalmente com uma maior preocupação das famílias em aforrar devido a um ambiente de maior incerteza, dada a maior precariedade do factor trabalho e a expectativa de uma reforma mais reduzida. De acordo com estudo coordenado pela Universidade de Évora e promovido pela APFIPP (2012), é de esperar que um trabalhador que aufira actualmente cerca de € 2 000, e que se reforme em 2059, venha a receber menos de 60% desse valor em termos reais (taxa de substituição), quando em 2011 um pensionista recebia mais de 70% desse valor. Face ao exposto, estima-se que o nível de aforro dos portugueses se mantenha estruturalmente elevado, com implicações decisivas ao nível da gestão dos investimentos das famílias portuguesas (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Taxa de Poupança das Famílias em Portugal



Fonte: BdP

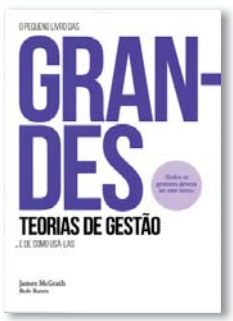
Finalmente, é **de assinalar a alteração em curso da relação do cliente com o seu gestor, no seguimento da evolução da oferta de serviços financeiros *online***. É expectável que o gestor do cliente venha a assumir gradualmente funções de consultor, uma vez que a gestão das tarefas transaccionais deverá continuar a migrar para as plataformas online. O gestor deverá ser capaz de propor soluções adequadas às necessidades do cliente, em particular as de segurança, financiamento e de poupança-investimento. Para que tal seja possível, é crítico que haja não só um nível de conhecimento adequado do cliente por parte do gestor, mas também um nível de literacia financeira de ambos que permita a concretização de propostas de maior valor acrescentado.

Em suma, num contexto marcado por remunerações mais reduzidas dos produtos tradicionais, é imperioso que haja uma alocação de activos diversificada por veículo de investimento e por activo subjacente, adequada ao perfil do investidor e ao seu horizonte temporal de investimento. Para que esta alocação resulte numa valorização do património a médio e longo prazo, é muito importante garantir um acompanhamento profissional do cliente, particularmente em períodos de maior turbulência, para que haja tempo para colher os frutos dos investimentos. ■

Texto escrito segundo a antiga ortografia.

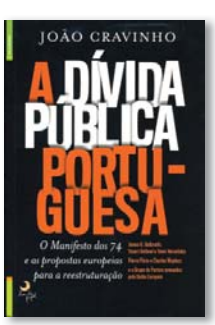
Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

Divulgando...



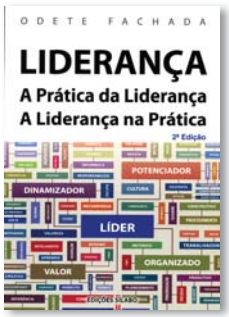
James McGrath e Bob Bates
O Pequeno Livro das Grandes Teorias de Gestão
Centro Atlântico

Ao longo dos últimos 100 anos, milhares de gestores, académicos e investigadores tentaram definir aquilo que faz de alguém um grande gestor e identificar os segredos de uma gestão eficaz. O resultado são centenas de teorias de gestão, muitas das quais contraditórias.



João Cravinho
A Dívida Pública Portuguesa
Lua de Papel

Se nada for feito, a austeridade vai continuar por muitos anos. Com a austeridade não haverá crescimento económico, e sem crescimento Portugal arrisca-se a não conseguir pagar o que deve.



Odete Fachada
Liderança – A Prática da Liderança, a Liderança na Prática
Edições Sílabo

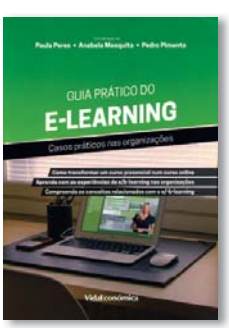
O sucesso do líder advém do reconhecimento da eficácia e eficiência do seu trabalho e da qualidade da relação com os seus colaboradores. O líder é altamente competente e bem sucedido quando estas qualidades lhe são conferidas quer pela organização onde se integra, quer pela sua equipa de trabalho.

Maria José Chambel e Maria Teresa Rodrigues Ribeiro
A Relação entre o Trabalho e a Família
Editora RH

Para a sociedade atual, designadamente para as organizações e as famílias, a interface trabalho/família reveste-se de uma enorme importância, já que do seu equilíbrio depende o desenvolvimento do país. A ideia central desta obra consiste em considerar que cada trabalhador desempenha dois papéis cruciais: o familiar e o profissional, e a vivência de cada um deles não acontece de forma isolada.

Miguel Pina e Cunha, Arménio Rego, Rita Campos e Cunha, Carlos Cabral-Cardoso e Pedro Neves
Manual de Comportamento Organizacional e Gestão
Editora RH

Este manual integra os mais recentes desenvolvimentos no domínio do comportamento organizacional. O tom pedagógico da obra, que permite projetar diferentes olhares sobre o tema em análise, torna-a uma excelente fonte de apoio à lecionação de disciplinas relacionadas com o comportamento organizacional e a gestão de pessoas.



Coordenação de: **Paula Peres, Anabela Mesquita e Pedro Pimenta**
Guia Prático do E-Learning
Vida Económica

O tempo de processamento de informação e aprendizagem é breve. A formação *just-in-time* torna-se um elemento crítico para o sucesso de qualquer organização. O rápido desenvolvimento das tecnologias na educação tem facilitado a resposta a estas necessidades.

Outros livros recebidos que podem ser consultados na nossa biblioteca:
Edições Sílabo – *Microeconomia e Macroeconomia*, Luís Carvalho; *Dicionário Prático de Economia*, Orlando Gomes; *Análise de Projectos de Investimento*, Hálio Barros; *Dicionário de Economia e Negócios Internacionais*, Jorge Pereira Martins e Hélder Fanha Martins; *Gestão das Organizações*, Luísa C. Carvalho, Maria do Rosário M. Bernardo, Ivo Dias de Sousa e Mário C. Negas; *Empreendedorismo e Planeamento Financeiro*, Carlos Duarte e José Paulo Esperança; *Manual de Estratégia – Conceitos, Prática e Roteiro*, José Crespo de Carvalho e José C. Filipe.
Livros D'Hoje – *Carta a um Bom Português*, José Gomes Ferreira.

inforBANCA

É bancário?

Inscreva-se e receba a *inforBANCA*, gratuitamente, no seu local de trabalho.

Envie um e-mail para inforbanca@ifb.pt com os seguintes dados:
- **Nome**
- **Banco**
- **Balcão/Serviço**

Caso já se encontre inscrito e pretenda fazer alterações ao seu registo, envie-nos um e-mail com o seu N.º de Assinante.

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

Instituições Financeiras Internacionais e o Apoio ao Setor Privado

Ana Ferreira* e **José Moreno****

Os bancos multilaterais de desenvolvimento são instituições financeiras internacionais (IFI) cuja missão é apoiar os processos de desenvolvimento dos países beneficiários, por via de financiamento, assistência técnica e transferência de conhecimento.

Na prossecução da sua missão, a grande maioria das operações destas instituições é orientada para os governos e agências públicas dos países beneficiários (*operações com garantia soberana*). O reforço da carteira de operações sem garantia soberana oferece uma gama de oportunidades de cofinanciamento para empresas e investidores nacionais com presença internacional ou projetos de internacionalização. As oportunidades de financiamento propiciadas pelos bancos multilaterais permitem alavancar recursos financeiros disponíveis no mercado doméstico e aumentar o volume de capital disponível para o investimento direto português nos mercados de operação dessas instituições. Possibilitam ainda a partilha/maior cobertura de risco em operações de investimento em mercados de países em desenvolvimento.

São elegíveis para cofinanciamento por parte dos bancos multilaterais de desenvolvimento projetos de investimento de empresas portuguesas (ou subsidiárias de direito local) em países em desenvolvimento, nos mais variados setores de atividade. Regra geral, as IFI cofinanciam esses projetos com montantes variáveis por país e setor de atividade, podendo ir até aos 50% do custo total do projeto.

Cabe à iniciativa das empresas nacionais a apresentação dos seus projetos de investimento às IFI, sendo estes avaliados não só pela sua viabilidade financeira, como também pelo impacto esperado ao nível do desenvolvimento do setor privado e criação de emprego no país em causa, consoante as prioridades setoriais e geográficas da instituição.

Entre 2009 e 2013, os dados recolhidos revelam que as empresas e bancos portugueses beneficiaram de USD 1 253 milhões em apoios financeiros, 57% dos quais direcionados a projetos de investimento de empresas e 43% dedicados a empréstimos concedidos a entidades bancárias com participação nacional, em grande maioria para linhas de crédito intermediadas.

Entre os principais produtos e serviços de apoio ao desenvolvimento do setor privado (sem garantia soberana) disponibilizados pelos bancos multilaterais de desenvolvimento, contam-se: linhas de crédito; empréstimos (empréstimos A/B, empréstimos sindicalizados, entre outros) entre bancos, investidores nacionais e as IFI, geralmente com maturidades alargadas; participações de capital (*equity*) e dívida subordinada (*quasi equity*); operações de facilitação de comércio internacional (*trade finance* ou *trade facilitation*); operações de financiamento estruturado; produtos de garantia de risco não comercial; serviços de assessoria (*advisory services*).

Em 2013, o valor global das aprovações dos 6 principais bancos multilaterais de desenvolvimento totalizou cerca de USD 111 mil milhões (EUR 84 mil milhões), com destaque para o Banco Mundial, com 47% desse montante. Uma importante fatia foi direcionada para operações com o setor privado: o peso das operações não soberanas foi de 86% no Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD), 46% no Banco Mundial, 24% no Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), 22% no Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD) e 18% no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). ■

Para mais informação, consultar o *link* do Grupo de Trabalho GPE--ARI-MF/AICEP Portugal Global para acompanhamento do mercado das multilaterais financeiras: http://portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Multilaterais/Paginas/MultilateraisFinanceiras.aspx

Para mais informação sobre os instrumentos disponibilizados pelos bancos multilaterais de desenvolvimento para apoio a projetos de investimento em países em desenvolvimento, consultar:
Grupo do Banco Mundial
Sociedade Financeira Internacional: http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/CORP_EXT_Content/IFC_External_Corporate_Site/What+We+Do/Client+Services/
Agência de Multilateral de Garantias de Investimento: http://www.miga.org/investmentguarantees/index.cfm
Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento
Setor Privado: http://www.iadb.org/en/topics/private-sector/private-sector,1687.html
Corporação Interamericana de Investimentos: http://www.iic.org/en/products
Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento: http://www.afdb.org/en/topics-and-sectors/sectors/private-sector/
Grupo do Banco Asiático de Desenvolvimento
http://www.adb.org/site/private-sector-financing/main

***Chefe de Divisão de Relações Multilaterais do GPEARI do Ministério das Finanças.**
****Assessor do Departamento de Cooperação e Instituições do GPEARI do Ministério das Finanças.**

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

E quando o Tema É a Ética...

José António de Sousa

José António de Sousa
Presidente & CEO, Liberty Seguros

Do plano de atividades do Programa de Formação em Alternância na Banca faz parte a realização de visitas de estudo e de trabalho a empresas e instituições, especialmente da área financeira. O principal objetivo é aprofundar, ainda mais, a relação dos jovens com o mundo laboral num curso em que 40% do tempo é dedicado à formação no posto de trabalho.
No início do ano os alunos finalistas foram, durante uma manhã, recebidos pela Liberty Seguros participando ativamente nas atividades propostas e assistindo a intervenções sobre as políticas de recursos humanos e de planeamento a cargo dos respetivos diretores da Companhia, Paula Garrido e Rui Barata.
Os formandos tiveram ainda o privilégio de contactar diretamente com o Presidente da Liberty, José António de Sousa, que, num ambiente de grande abertura e descontração, lhes falou sobre a sua visão estratégica para a Companhia que gere e sobre os conturbados tempos que vivemos no sistema financeiro. O conteúdo da intervenção e o diálogo franco que se gerou constituíram para os jovens formandos uma "lição de vida" que dificilmente esquecerão.
Da visita resultou ainda um convite da *inforBANCA* a José António de Sousa para o artigo que publicamos.

Foi-me solicitado que eu contribuísse com um artigo de opinião (tema livre) para a revista do IFB, a *inforBANCA*, pedido ao qual eu anuí com muito entusiasmo. Escolhi um, **a ética**, porque acredito que é cada vez mais imperioso voltar a debater seriamente este tema na nossa atual sociedade. O tema da ética na vida em sociedade é transversal a todas as atividades, ou seja, a falta de ética não é específica de nenhuma profissão em particular e é um tema que deve ser tratado com deliberação, intencionalidade e seriedade nas escolas se queremos realmente mudar (para muito melhor) a nossa sociedade.

Deixem-me começar por ilustrar situações que são reveladoras da necessidade dramática de recomeçar a agir contundentemente nesta área.

1) Recentemente encomendei na Amazon um tratado completo sobre gestão no setor público e ofereci-o a um amigo que é professor do Ensino Universitário numa das instituições de maior prestígio na área da gestão em Portugal. Disse-lhe que achava importantíssimo criar em Portugal um curso superior sobre boas práticas de gestão pública, similar ao das Grandes Écoles francesas, para que o funcionalismo público tivesse uma base formativa própria, da qual poderiam depois evoluir as ações de formação específicas para as distintas áreas (agricultura, finanças, transportes, educação, etc.). Garantíamos um funcionalismo público de qualidade, realmente ao serviço da nação e dos contribuintes que lhes pagam os salários com os seus impostos. Este meu amigo escreveu-me passados uns dias a agradecer-me, considerou a ideia excelente e disse-me: "Já reparou, José, que no tratado sobre gestão da causa pública que me enviou não há uma só linha sobre ética, muito menos um capítulo dedicado

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

à mesma? É que, se não tratarmos do tema num curso destinado a funcionalismo público, arriscamo-nos a que a situação de corrupção ao mais alto nível, que atingiu o âmago do Estado, longe de melhorar, continue a piorar".

2) Aqui há uns largos anos atrás, ainda eu vivia no México, li numa revista americana, a *Fortune*, se a memória não me atraiçoa, que o Presidente da Raytheon, um grande fabricante americano de equipamentos de alta tecnologia, militar e civil, um senhor chamado William Swanson, andava nas bocas do mundo, sobretudo ao nível das administrações das grandes corporações americanas, porque se fazia acompanhar sempre de um livrinho onde ele, como prática quotidiana, ia escrevendo e retendo princípios de gestão desenvolvidos por ele (dizia-se) e que na ótica dele (segundo dizia) eram fundamentais para o êxito na gestão de uma companhia. Como a Raytheon era (e possivelmente ainda seja) um caso claro de sucesso, andava todo o mundo intrigado com o conteúdo do livrinho com as regras do Swanson. O Sr. Swanson começou a receber tantos pedidos para que partilhasse formalmente a "sua" sabedoria de gestor exemplar que cedeu aos pedidos e aceitou partilhar as regras numa obra de bolso que recebeu o título *Swanson's Un-written Rules of Management*, em que o "Un" vem riscado, porque ele finalmente teria decidido escrevê-las e partilhá-las. Para dar aos meus pacientes leitores um exemplo, a primeira regra é **"Aprende a dizer «não sei». Usado sempre que é apropriado, será usado com frequência"**. Ao lado desta regra número 1, dá-se depois uma explicação mais detalhada sobre a mensagem específica que ele pretende transmitir com cada uma das 33 regras. Escrevi para a Raytheon e pedi que me enviassem um exemplar. Afinal de contas, qual é o gestor que não teria curiosidade em ter acesso aos "10 mandamentos" universais da gestão, que neste caso são as tais 33 regras indispensáveis para se ter êxito? Como português pensei com os meus botões: "Estes vão atirar o meu pedido para as calendas", ou seja, o caixote do lixo. Mas com muita alegria (nisso os americanos são mesmo fantásticos, se eu tivesse escrito a uma companhia portuguesa provavelmente ainda hoje estaria à espera de uma resposta), lá recebi o livro do Swanson, que me passou efetivamente a acompanhar a partir daí (está ainda em cima da minha secretária) e que releio com grande interesse de vez em quando. Ora bem, o choque foi brutal, quando, passados muitos anos, já em Portugal, onde regressei em 2003, após ter andado lá por fora durante 25 anos da minha vida, leio na revista *Exame* de Junho de 2006 que o William Swanson **plagiou**, *ipsis verbis*, letra por letra, até a ordem pela qual aparecem escritas as regras, um livro chamado *The Unwritten Laws of Engineering* escrito em 1944 por um engenheiro chamado William Julian King! Descoberta a "careca" ao Swanson, ele ainda quis defender-se (faz-me lembrar alguns políticos a tratar de explicar o inexplicável, depois de terem sido apanhados com a mão no frasco das bolachas….), tratando de fazer acreditar que era uma coincidência, que ele não se lembrava de ter lido o outro livro. Ou seja, uma mentira descarada que faz o plágio ser ainda mais evidente e escabroso. Há uma canção na rádio que fala dos "liars and dirty, dirty cheats of the world" e que poderá ter sido escrita a pensar no Swanson ou nos tais políticos portugueses). O facto é que as tais 33 regras de gestão, mesmo não tendo sido escritas pelo Swanson, receberam atenção mundial pelo facto de ele as ter publicado. E o facto é que, independentemente de quem as escreveu, são verdades fantásticas. Algumas parecem mesmo ter sido escritas para corrigir práticas de gestão em Portugal, pois falam de situações e comportamentos que cá raras vezes aplicamos, e podem muito bem explicar porque os americanos são os americanos, e os portugueses são os portugueses. Deixem-me só dar mais um par de exemplos para ilustrar este ponto: Regra n.º 11: **"Confirme sempre por escrito as instruções que der a outros, e os compromissos que eles aceitam. Não assuma que isso vai ser feito".** Regra n.º 14: **"Insista na brevidade e claridade dos relatórios orais e escritos".** Regra n.º 16: **"Não esqueça nunca que está a trabalhar para um chefe. Mantenha-o informado. Aquilo que o chefe quer, DENTRO DOS LIMITES DA INTEGRIDADE, tem prioridade absoluta."** Se todos aqueles que têm ido declarar à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a falência do BES tivessem adotado esta regra simples de gestão com ética (apesar de todos termos um chefe, ninguém está obrigado a cumprir ordens que não obedeçam aos mais estritos princípios da integridade pessoal e ética), possivelmente o colapso do BES nunca se tinha dado.

3) Deixei para o fim a terceira situação que quero comentar antes de passar às conclusões finais deste meu ponto de vista sobre a defesa da ética como ponto de

> "[...] não acredito que haja profissões mais propensas do que outras a criar pessoas desonestas no seu seio [...]"

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

partida para sarar as feridas profundas da sociedade em que vivemos, e que nos podem levar a morrer de infeção e septicemia generalizadas se não as fecharmos. O famoso ***Financial Times***, um dos jornais mais prestigiados da história da imprensa universal, totalmente insuspeito em termos de linha editorial, publicou na sua edição de 20 de Novembro de 2014 um artigo com o título : **"Cultura da mentira. Trabalhar na banca faz com que as pessoas sejam menos honestas, diz estudo".** Para que ninguém duvide da qualidade da tradução que fiz, o título original é "Culture of lying. Banking makes you less honest, research finds". O estudo a que se referem foi feito pela prestigiada Universidade de Zurich e publicado na íntegra no jornal *NATURE*, ou seja, foi elaborado com seriedade e rigor científicos por uma Universidade de onde devem sair 90% dos banqueiros e bancários suíços. Não acredito, pois, que estivessem moralmente ou politicamente influenciados de forma negativa para enviesar os resultados no sentido de obter mais um libelo contra a banca neste mundo pós-crise financeira de 2008. A conclusão a que chegam é que " a cultura que prevalece na banca enfraquece e mina as normas de honestidade, pelo que o restabelecimento de normas que permitam restaurar uma cultura de honestidade são muito importantes".

Eu pessoalmente não acredito que haja profissões mais propensas do que outras a criar pessoas desonestas no seu seio. Mas acredito que dentro das instituições há a possibilidade de criar culturas de empresa que marcam a pauta, e acabam por determinar os comportamentos das pessoas nessas empresas. É fácil generalizar, mas o facto é que as instituições bancárias envolvidas nos escândalos de *trading* fraudulento, de manipulação fraudulenta de taxas de juro, como o caso da LIBOR, ou de evasão fiscal, apesar de lá estarem nomes contantes e sonantes da banca mundial, representam uma percentagem ínfima das instituições bancárias existentes à face da terra.

Generalizar é sempre praticar uma injustiça. Mas também os 3 casos que menciono e que abarcam 3 áreas bem distintas da nossa sociedade (setor público, indústria, setor financeiro) indicam claramente que pelo menos as conclusões do estudo mencionado são absolutamente verídicas e urgentes: é preciso introduzir medidas que propiciem a criação de uma cultura de honestidade nas empresas! Para mim, isso começa nos bancos da escola, e quanto mais cedo melhor. Muitas vezes pensamos que os miúdos na primária devem ser poupados em termos de matéria a lecionar, mas o facto é que há matérias, como é o caso da ética, dos princípios e valores norteadores de uma vida em sociedade que respeite a nossa cultura ocidental e fomente a proteção do património coletivo, que podem e devem ser ensinados desde tenra idade. ■

Citando...

"Podemos ter chegado em diferentes navios, mas hoje estamos todos no mesmo barco."
Martin Luther King

"Se a única ferramenta de que dispõe é um martelo, tudo lhe começa a parecer um prego."
Maslow

"A mudança pode ser difícil, mas qual é a alternativa?"
Hunt

"Os primeiros erros são de quem os comete. Os demais são de quem os permite."
Thomas Fuller

"Uma instituição é como uma canção; não é formada por sons individuais, mas pelas relações entre eles."
Peter Drucker

"Há quem passe pelo bosque e só veja a lenha para a fogueira."
Tolstoi

"A mentira nunca vive o suficiente para envelhecer."
Sócrates

"Somos responsáveis não só pelo que fazemos, mas também pelo que deixamos de fazer. "
Moliére

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

1. Quais são os **factores determinantes** para o crescimento económico em Portugal?

- A capacidade empresarial, que engloba investimento e necessidade de financiamento;
- Quadro macroeconómico favorável, com ênfase na sustentabilidade das finanças públicas;
- Quadro institucional favorável, sobressaindo a realização de reformas estruturais e a existência de um sistema financeiro forte;
- Competitividade, alicerçada no conhecimento e na eficiência, ganhos de produtividade e inovação.

Os maiores **constrangimentos** ao crescimento económico indicam-se a seguir:

- Do lado das finanças públicas, saliento a necessidade de intensificar a redução da **despesa pública** e da sua estrutura para poder **aliviar a carga fiscal** e assim contribuir para aumentar a atractividade do país para o investimento. Mas bem sabemos que tal exige a reforma do Estado e esta, politicamente, não é praticável sem um **compromisso** entre os principais partidos;
- Excessivo endividamento das sociedades não financeiras (um dos maiores da Europa);
- Investimento (diria subinvestimento), que necessita de forte impulso numa conjuntura com vários aspectos desfavoráveis para os investidores.

Ora, qualquer destes dois últimos constrangimentos levará anos para ser resolvido. Entretanto, temos de procurar acelerar, com medidas eficazes a redução das vulnerabilidades e constrangimentos da economia. Fez-se já um bom trabalho na flexibilização das empresas, que revelaram uma boa capacidade de ajustamento nos últimos anos, designadamente com significativa redução de custos e diversificação dos seus mercados.

2. De entre os pilares para a prosperidade das PME (empreendedorismo, redução dos custos de contexto, formação de competências, acesso aos mercados globais, parcerias e acesso ao financiamento) vou centrar-me neste último.

Antes disso, faço uma breve referência ao pilar **parcerias**.

Dos vários domínios onde é indicado e racional realizar parcerias – por exemplo, o relativo ao reforço de capitais, com entrada de novos accionistas, ou fusões ou associações para aumentar a dimensão, ou os que visam a comercialização, incluindo a integração em redes, ou os que pretendem reforçar a área tecnológica, com realce para as tecnologias de informação e as aplicações digitais –, sem dúvida que as relações com o sector financeiro surgem prioritariamente.

Os bancos e outras instituições do sistema financeiro são os principais parceiros das empresas.

3. Desde o início do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro verificou-se uma redução da concessão de crédito às empresas, que resultou da crise financeira internacional, mas também, principalmente, da crise da dívida soberana e da recessão económica.

A Banca no Fi
das Em

Fernando Far
Presidente da Associaçã

"[...] temos de procurar acelerar,
das vulnerabilidades e const

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

nanciamento
presas

ia de Oliveira
o Portuguesa de Bancos

, com medidas eficazes a redução
trangimentos da economia."

Tal ficou a dever-se, numa primeira fase, perdido o acesso aos mercados, ao processo de desalavancagem necessário para garantir a estabilidade financeira e permitir o fortalecimento dos bancos.

Registou-se, também, o impacto na economia do novo quadro regulatório e do reforço da supervisão da banca, que vêm sendo implementados a nível europeu e mundial e trouxeram também grandes alterações e implicações no sistema bancário e nos modelos de negócio dos bancos.

Os novos requisitos de capital, de liquidez e de *leverage*, a nova cultura de supervisão bancária, implicando critérios ainda mais rigorosos de análise de risco e maior exigência na qualidade dos colaterais, impõem naturalmente sensatez na concessão de crédito.

Só para se ter uma ideia dos impactos da nova regulação, dou um simples exemplo.

Em Basileia II, exigia-se que o capital de maior qualidade dos bancos (acções com direito a votos e reservas) fosse superior a 2% dos activos ponderados pelo risco; em Basileia III, em vigor desde o ano passado, essa exigência aumentou para 7% e foi acrescida de mais nove requisitos: exigem-se outros mínimos de capital (TIER 1 e TIER 2), de capital de qualidade (CT1) e de maior qualidade (Common Equity Tier 1), colchões de capital adicionais (*buffer* contraciclíco, de conservação), rácios de liquidez de curto e longo prazo, limites de endividamento (rácios de *leverage*) e exigências em matéria de resolução. Passou-se de um rácio de capital em Basileia III para dez indicadores distintos. A gestão do consumo de capital é vital na banca.

No lado da supervisão prudencial, à supervisão de solvência junta-se a macroprudencial e a de resolução.

Os modelos de avaliação de risco são exigentes e não se limitam ao risco de crédito – o risco de mercado, o operacional, o risco de capital, o risco de liquidez, os riscos de *governance* e de conduta, o risco do modelo de negócio, o risco de contexto são também peças essenciais da nova supervisão.

As carteiras de crédito dos bancos são escrutinadas com base em critérios iguais para todos os bancos europeus. E, se os créditos não estão bem fundamentados e colateralizados, os bancos têm de registar imparidades ou fazer provisões.

4. Entretanto, como sabemos, a crise económico-financeira conduziu a um aumento enorme do incumprimento do crédito; a taxa de incumprimento de crédito, das imparidades e das provisões no balanço dos bancos e a margem financeira dos bancos está sob forte pressão devido ao muito baixo valor das taxas de juro do euro. Assim, a rendibilidade da banca caiu drasticamente, de um ROE superior a 16% em 2007 para valores negativos desde há três anos, em termos agregados.

No entanto, o trabalho desenvolvido pelos bancos permitiu, por um lado – e devido aos aumentos de capital

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

> "[...] a rendibilidade da banca caiu drasticamente, de um ROE superior a 16% em 2007 para valores negativos desde há três anos, em termos agregados."

efectuados –, que apresentem rácios de capital acima dos mínimos exigidos. Os bancos estão mais **solventes** e a sua **liquidez** também melhorou significativamente. As medidas tomadas pelo BCE, designadamente a descida da taxa de juro de intervenção e as LTRO, operações de financiamento bancário de longo prazo ligados ao crescimento de crédito, bem como a redução do rácio de transformação, o bom comportamento dos depósitos (e, nalguns casos, um ligeiro regresso aos mercados) permitem que os bancos não tenham problemas de liquidez.

Este facto, aliado à necessidade de os bancos aumentarem o seu negócio – o que significa conceder mais crédito – para melhorarem a sua rendibilidade, faz com que haja uma capacidade suficiente para atender a procura de crédito **solvente**. E as taxas de juro para esta procura têm vindo a diminuir. O problema está, então, em que a **procura de crédito** é realmente **escassa**, o que espero não aconteça com as PME Excelência. Repito: a banca não apresenta problemas de liquidez e é a principal interessada em conceder crédito e actuar como parceiro das empresas que obedeçam às condições requeridas para ter acesso ao crédito.

Mas, para tal, é necessário que as PME:

- Apresentem adequada autonomia financeira;
- Aperfeiçoem a sua informação contabilística e de gestão;
- Forneçam modelos de negócio sustentáveis, *business plans* credíveis, estratégias de crescimento consistentes;
- Demonstrem capacidade de gestão;
- Se foquem na criação de valor a prazo, sem descurar a necessidade de geração de resultados de curto prazo que permitam o cumprimento das suas responsabilidade para com terceiros;
- Quando estão ainda muito sobreendividadas, mas são viáveis e têm mercado, estudem soluções possíveis, com o aconselhamento dos bancos;
- Sejam capitalizadas; a capitalização das empresas é fundamental para o acesso ao financiamento em condições de preço sustentáveis a médio e longo prazo, quer se trate de empresas já com dimensão (*mid-caps* e outra) e com grau de desenvolvimento que lhes permita recorrer também a outras fontes de financiamento, quer se trate do grande universo das PME, para o qual a intermediação bancária é ainda mais fundamental por razões de redução de assimetrias de informação, eficiência de avaliação e acompanhamento do crédito.

As PME Excelência já cumprem estes requisitos, mas existe um grande número de PME que apresenta desvantagens competitivas significativas ao nível da disponibilização da informação contabilística e de gestão, do risco intrínseco, na sofisticação financeira, na visibilidade externa. Donde mecanismos que reduzam estas precariedades são particularmente úteis (até para virem a proporcionar uma capacidade de diversificação futura de fontes de financiamento).

Para terminar, não tendo tempo para um desenvolvimento mínimo, faço referência a duas matérias muito actuais relacionadas com o financiamento da economia.

A primeira tem a ver com o desenvolvimento de outras formas de financiamento e a segunda com o Programa Quantitative Easing.

Outras Formas de Financiamento

Na Europa, os bancos têm historicamente sido a principal fonte de financiamento do investimento, com os mercados de capitais a apresentarem um papel muito secundário; 70% das necessidades de financiamento da Europa são cobertas por crédito bancário, contra 30% no EUA. **É desejável que o desenvolvimento de formas de financiamento alternativas**, mais do que substituir, **venha a complementar** o crédito bancário, potenciando um financiamento mais favorável da economia.

Encontra-se em curso um ambicioso **projecto de criação de uma União de Mercado de Capitais**, com os seguintes **objectivos**:

- **Curto prazo – fomentar o financiamento da economia**, com os mercados de capitais a constituírem uma espécie de "pneu suplente" do crédito bancário;
- **Longo prazo – criação de sistema financeiro:**

a) **mais eficiente e mais competitivo;**

b) **mais resiliente** (devido a uma maior diversificação de fontes de financiamento).

No quadro 1, apresento várias modalidades de financiamento das empresas, agrupadas por objectivos de utilização.

Finalmente, uma nota sobre o Programa Quantitative

> "Os bancos estão mais solventes e a sua liquidez também melhorou significativamente. [...] a banca não apresenta problemas de liquidez e é a principal interessada em conceder crédito [...]"

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

Quadro 1

Financiamento das PMEs

1. Acesso ao Crédito

- Melhorar a autonomia financeira;
- Aperfeiçoar a informação contabilística e de gestão;
- Construção de modelos de negócio sustentáveis.

2. Criação de Alternativas ao Crédito Bancário

- *Asset finance;*
- Mercado de capitais;
- Obrigações (*covered bonds*);
- *Mid-size company bond market;*
- Instrumentos do mercado monetário;
- Créditos directos de investidores;
- *Loan funds;*
- *Factoring;*
- Papel comercial.

3. *Equity e Growth Capital*

- *Business angels;*
- Capital de risco;
- *Equity funds (private equity investment);*
- Ofertas particulares;
- *Project finance;*
- Instrumentos híbridos elegíveis.

4. Revitalização do Mercado de Securitização

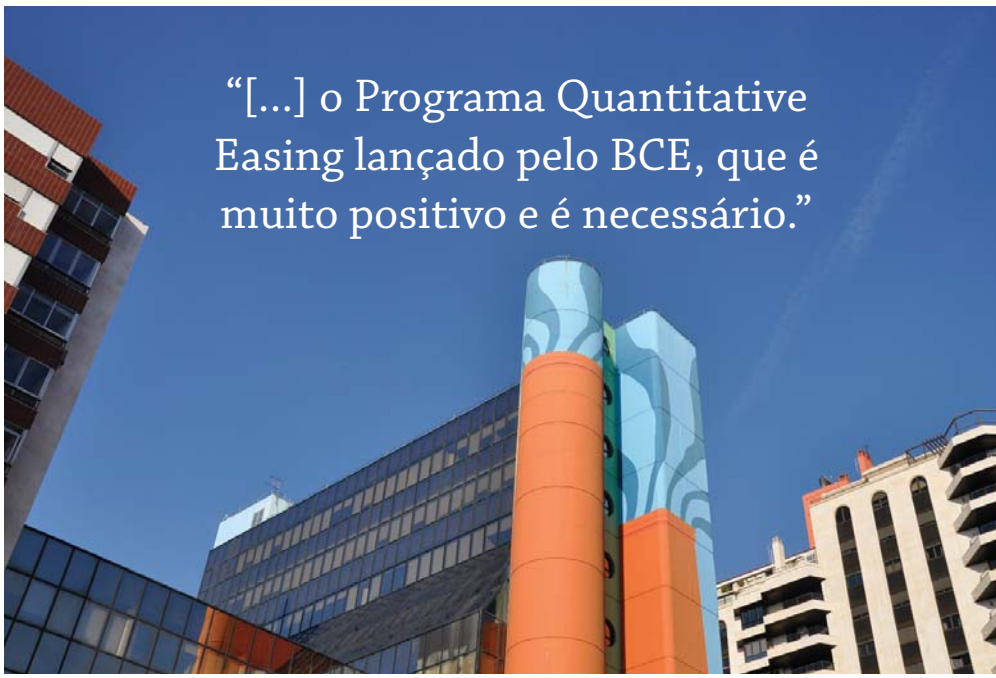
- Necessidade de revisão da regulação existente, para tornar estes instrumentos menos penalizadores em termos de consumo de capital;
- Desenvolvimento de um mercado baseado em estruturas simples e activos de baixo risco.

5. Expansão dos Canais de Crédito Não Bancário (*Shadow Banking*)

- Transformação de maturidades, liquidez e créditos;
- Requer regulação e supervisão.

6. Outros Instrumentos

- Utilização de apoios comunitários e colaboração com instituições financeiras internacionais (BEI e FEI).



Easing lançado pelo BCE, que é muito positivo e é necessário. Esta compra massiva dos títulos da dívida já emitidos e adquiridos no mercado secundário, principalmente dívida pública, tem como objectivos:

- Subir a taxa de inflação para o limiar de 2%;
- Provocar uma depreciação do euro, o que contribui para o aumento das exportações europeias;
- As taxas de juro de longo prazo descerem, o que encoraja o investimento e o consumo;
- Reduzir a fragmentação dos mercados, por redução da diferenças de prazos nos principais mercados;
- Permitir uma "injecção" de confiança nos agentes económicos.

Mas, para se assegurar um crescimento económico razoável e sustentado na Europa, o mecanismo de transmissão da política monetária tem de ser complementado com medidas eficazes da política económica e orçamental e com reformas estruturais.

Este programa permite libertar liquidez adicional para o sistema bancário, o que, mesmo reiterando que esse não era um constrangimento significativo neste momento para o nosso sector bancário, é sempre um contributo positivo. Certos projectos que requereriam crédito com prazos mais amplos poderão beneficiar desta medida.

E o sector bancário terá de saber, também ele, aproveitar da melhor forma possível esta medida no reforço do seu capital próprio, o que é um elemento determinante para aumentar a capacidade de concessão de crédito.

O Quantitative Easing não pode ser tido como um programa "milagreiro" para conceder crédito a empresas ou projectos que não reúnam condições para a ele acederem – a gestão rigorosa, a regulamentação, a supervisão bancária não o permitem.

Mas, sem dúvida, é uma medida deveras positiva, necessária, que contribui para motivar, ainda mais, o objectivo dos bancos de aumentarem o volume do crédito solvente e, principalmente, para **estimular a procura do crédito**. ■

Texto do discurso na cerimónia de atribuição do estatuto PME Excelência 2014, Europarque, 26 de Janeiro de 2015. Texto escrito segundo a antiga ortografia.

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

Bruno Valverde Cota
Coordenador da Secção

A nossa sociedade vive um problema de excesso de comunicação. E por vezes não é fácil a um banco conseguir que a mensagem esclarecedora se sobreponha a todos os impactos do descomedimento de comunicação existente. Para percebermos a dimensão das dificuldades, eu recordo que, segundo Jack Trout, nos últimos 30 anos produzimos mais informação que nos 5 000 anteriores, qualquer jornal diário actual contém mais informação que um europeu médio do séc. XVII podia dispor durante toda a vida e publicam-se diariamente em todo o mundo mais de 4 000 livros. Ora, é neste contexto de uma nova era de informação que assistimos às recentes transformações e mudanças no setor bancário.

Luís Goldschimdt
Assessor de Imprensa, Caixa Geral de Depósitos

25 Anos de Comunicação Financeira

Em cada geração há aqueles anos, especiais, que as marcam. Nasci em 1965 e tenho na minha memória, ainda que vagamente, a emoção que foi lá em casa ver o primeiro homem na lua. Lembro-me de, em 1973, ter chegado o jornal *Expresso*. Lembro-me do 25 de abril e de tudo o que aconteceu depois. De ouvir, com o meu pai, no carro, o discurso de renúncia de António de Spínola. Recordo-me de termos ido para o Brasil a 14 de Agosto de 1975 e do impacto de ter morado num hotel, no centro de São Paulo, durante três meses. O cheiro a gasolina, a televisão a cores, a dobragem dos filmes e séries para português. Lembro-me da D. Amália que frequentava o nosso hotel e que me adotou como criança de colo.

Em termos profissionais, a minha geração foi fortemente marcada pelos anos 80, os anos de ouro do Presidente Ronald Reagan. A segunda metade dessa época de ouro, que terminou com a queda do Muro de Berlim e com o fim da Guerra Fria, trouxe aos Estados Unidos e a Portugal uma promessa de eldorado financeiro. Foi a década de ouro dos mercados financeiros, das fusões e aquisições, do Carl Icahn, do Lee Iacoca, do filme *Wall Street*, etc. Em Portugal, destacou-se o corretor Pedro Caldeira.

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

Em Portugal, tivemos nessa altura, em 1986 e até 20 de Outubro de 1987, um ciclo de ouro no mercado de ações. Ainda estava na Faculdade quando abri, com um sócio, a Goldschmidt & Ruah, um fundo de valores mobiliários que captou em pouco tempo muitos e bons investidores. Começámos a ir às OPV e investimos tudo em ações. Abrimos a conta no BCP, um banco privado numa altura em que a banca estava ainda toda nas mãos do Estado, muito eficiente e muito rápido na compra e venda de títulos. Numa altura em que não havia Internet, a única maneira de termos informação sobre as empresas cotadas era a leitura dos jornais diariamente e as conversas que íamos tendo com administradores de bancos, *newsletters* confidenciais que começavam a surgir e a discoteca Banana Powers.

Falo aqui numa discoteca porque, de facto, esta discoteca passou a ser um centro de informação na cidade de Lisboa sobre o mercado de capitais. Pagávamos bebidas uns aos outros de acordo com a informação obtida. Foi aí, no Bananas, que fui questionado sobre se queria comprar "pré-ações" do BANIF, que iria para bolsa uns dias depois.

Tudo aquilo passou com o *crash* na bolsa de Nova Iorque e com o "gato por lebre" de Cavaco Silva, na altura Primeiro-Ministro. Para nós sem consequências pois vendemos tudo na altura.

Pouco tempo depois, apareceu o *Jornal do Comércio*, depois o *Diário* e o *Semanário Económico* e, já nos anos 2000, o *Jornal de Negócios*. Surgiu e banalizou-se a Internet.

Com a Internet, o investidor tem hoje acesso a muita informação. Com os motores de busca, pode fazer pesquisas sobre cada uma das componentes das empresas onde investiu, ter acesso a notícias internacionais. Na televisão por cabo tem acesso à CNBC, à Bloomberg e à ETV. Hoje, o problema do investidor é ter informação a mais. Os investidores podem até escrever e-mails para os departamentos de *investors relations* das empresas que compram com as questões que entenderem. Por parte dos reguladores, contam com um escrutínio maior no que diz respeito a informação publicada, o que lhe permite uma maior igualdade de acesso à informação.

Hoje, o investidor é catalogado pela sua experiência com o mercado de capitais, pela sua apetência ao risco, o que lhe limita o acesso a esse mercado caso não esteja familiarizado com ele. Na altura em que comecei, nos anos 80, tal não acontecia. Falava-se muito no capitalismo popular, que é uma boa ideia, mas que pressupõe um grau de conhecimento médio da população aceitável, o que ainda não acontece, apesar dos esforços de transmitir literacia financeira a quem precisa. A regulação impõe regras apertadas de divulgação de informação para evitar o rumor, a especulação.

"Nos *sites* da especialidade, por exemplo das agências de informação financeira como a Reuters ou Bloomberg, a informação chega em tempo real a todas as plataformas, inclusivamente ao telemóvel."

Hoje, os jornalistas têm um acesso imediato aos preçários dos bancos, ao preço de referência das taxas, aos *spreads* para todos os tipos de operações, ao preço das comissões.

Nos *sites* da especialidade, por exemplo das agências de informação financeira como a Reuters ou Bloomberg, a informação chega em tempo real a todas as plataformas, inclusivamente ao telemóvel.

Nos jornais económicos portugueses, trabalham hoje excelentes profissionais ávidos de informação. No entanto, entendo que um investidor não pode conhecer apenas o que se passa no mundo financeiro. Com um mercado globalizado, os riscos políticos são hoje importantes. Um facto que acontece do outro lado do mundo vai ter consequências deste lado. Assim, a informação financeira é importante mas não chega. É preciso saber que factos estão a condicionar o mercado das matérias-primas. O preço do petróleo, do ouro, entre outros. É preciso tentar permanentemente entender o mundo para agarrar os mercados. E para isso é preciso informação contextualizada.

Não é fácil, dá trabalho, mas a alternativa, acreditar no instinto, é perigosa. Apesar de termos de respeitar o instinto mesmo quando achamos que estamos bem informados. Porque a vida foi sempre mais surpreendente do que imaginávamos. E é isso que faz dela uma viagem maravilhosa. ■

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

A Proteção dos Acionistas dos Bancos no Contexto da Diretiva de Resolução Bancária

Carlos F. Alves

Membro do Conselho de Administração da CMVM. Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

> "[...] os acionistas necessitam de instrumentos jurídicos que permitam a proteção dos seus legítimos interesses [...]"

Importância da Proteção dos Interesses dos Acionistas

A proteção legal dos direitos dos acionistas (e dos investidores, em geral) é, todos temos consciência disso, um assunto muito sério. Sob pena de não existir mercado de capitais e de se colocar em causa a própria economia de mercado, os acionistas necessitam de instrumentos jurídicos que permitam a proteção dos seus legítimos interesses, e por isso os sistemas jurídicos modernos os consagram. Não são muitos, esses direitos, mas são alguns e têm razão de ser. É o caso do direito a receber dividendos se a sociedade os distribuir, bem como o direito ao valor residual, após o pagamento a todos os credores, em caso de insolvência. Têm direito a manter a sua proporção na sociedade em caso de aumento ou redução do capital. Têm direito a eleger os titulares dos órgãos sociais da empresa (direitos de governo). Têm direito a tomar algumas decisões importantes (fusões, aumentos de capital, aprovação das contas, etc.), mas não são muitas as matérias reservadas a decisão dos acionistas. Têm também o direito a ter condições para exercer os seus direitos (por exemplo, serem informados da convocatória das assembleias gerais). Por fim, um conjunto de regras igualmente visa proteger uns acionistas de outros acionistas (usualmente os minoritários relativamente aos maioritários).

Estas regras de proteção dos direitos são importantes para os acionistas de todas as empresas e ainda mais para

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

os bancos. De facto, dada a especificidade, a complexidade e a confidencialidade que normalmente estão subjacentes ao negócio bancário, a assimetria de informação entre acionistas e gestores é mais elevada do que em outras atividades. Consequentemente, as dificuldades que os acionistas minoritários encontram para supervisionarem, avaliarem e controlarem a gestão do banco são acrescidas, e consequentemente os custos de agência neste setor são potencialmente mais elevados do que na generalidade das atividades económicas. Donde, os acionistas dos bancos (e, em especial, dos cotados) não precisam de menos proteção que os acionistas das demais empresas, pelo contrário.

Donde, qualquer exercício de restrição ou limitação dos direitos acionistas somente deve ocorrer se tal for indispensável à prossecução do interesse público e apenas no estritamente necessário. A limitação dos direitos dos acionistas no contexto da recuperação e da resolução bancária é, por isso, matéria da maior importância.

A Limitação dos Direitos dos Acionistas no Quadro da Diretiva da Resolução Bancária

A Diretiva da Resolução Bancária (Diretiva 2014/59/EU, de 15 de Maio) veio determinar a limitação e a supressão de direitos fundamentais dos acionistas (incluindo o próprio direito à propriedade), precisamente invocando o interesse público, que requer estabilidade financeira e a continuação da prestação dos serviços financeiros. A estabilidade financeira é, de facto, um bem público, que deve ser promovido. A Diretiva estabelece ainda o princípio de que os acionistas devem prioritariamente absorver as perdas de modo a proteger as finanças públicas.

Note-se, de facto, que sendo o interesse público o fundamento para optar pela resolução do banco em alternativa a um processo normal de insolvência, pressupondo a eficiência da avaliação desse interesse público, tal significa que o bem-estar social é maximizado com essa decisão. Por outras palavras, a sociedade no seu todo sai beneficiada com a resolução, comparativamente a qualquer outro cenário (designadamente a insolvência). Donde, não é justo, nem legítimo que um particular grupo social seja prejudicado, ficando numa situação pior do que aquela em que se encontraria caso o banco entrasse em processo normal de insolvência, quando a sociedade no seu todo sai beneficiada. Acresce que o princípio (consensual) de que devem ser os investidores e não os contribuintes a arcar com as consequências (sejam estas positivas ou negativas) não pode ser motivo de atropelamento "gratuito" dos direitos dos acionistas[1].

Se, porventura, *a posteriori* se constatar que, contrariamente ao esperado, o bem-estar social não foi maximizado, é porque a solução escolhida não foi a mais indicada e/ou a sua concretização não foi a mais eficiente. Todavia, em qualquer destes casos, tal dever-se-á a terceiras entidades e, como tal, não devem os acionistas ser responsabilizados por isso.

Esta ideia foi reconhecida e acolhida por aquela diretiva. De facto, as regras previstas na diretiva relativamente aos mecanismos de intervenção e de resolução visam assegurar que, esgotadas as oportunidades de recapitalização do banco pelas vias normais, e caso não haja alternativa à resolução, os acionistas e os credores sejam chamados a suportar as perdas, desde que nenhum sofra perdas superiores às que teria sofrido se a instituição tivesse sido liquidada ao abrigo dos processos normais de insolvência, em conformidade com o princípio estruturante da Diretiva de que "*nenhum credor deverá ficar em pior situação*" (*no creditor worse off*). Assim, nos termos desta diretiva, os acionistas têm de ser compensados em conformidade com uma avaliação independente de modo a não sofrerem perdas superiores às que já sofreriam caso o banco fosse objeto de um processo normal de insolvência[2].

Os Desafios da Transposição e da Aplicação da Diretiva

Assim, como tivemos oportunidade de defender em audição parlamentar, realizada no quadro da transposição da Diretiva da Resolução Bancária, afigura-se da máxima importância que, na transposição da Diretiva e, em particular, na consagração dos mecanismos da sua aplicação se assegurem condições para que, na prática, se atinja um justo e equilibrado balanço entre o interesse público (neste caso, a estabilidade financeira) e o interesse

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

privado (direitos de propriedade dos acionistas), e não se atropelem, injustificada e desnecessariamente, estes últimos, colocando em causa a confiança dos investidores no mercado. Além de justa, a distribuição de perdas deve ser previsível (i.e., as regras do jogo devem estar estabelecidas previa e claramente), e a legislação nacional e a experiência prática da sua aplicação devem deixar claro que: *i)* os acionistas e credores afetados não suportarão perdas mais elevadas do que aconteceria se a instituição tivesse sido liquidada no momento em que é tomada a decisão de desencadear a resolução; *ii)* a avaliação para esse efeito do tratamento que os acionistas e credores receberiam se a instituição tivesse sido liquidada ao abrigo dos processos normais de insolvência é realizada por instituições independentes e credíveis e obedece a regras claras e justas.

Não pode, pois, em circunstância alguma, criar-se nos investidores o receio de que, seja qual for a situação do banco objeto de resolução, estas avaliações sempre concluirão que o valor a receber pelos acionistas e pelos credores cujos créditos não foram transferidos para uma nova instituição será sempre e necessariamente nulo. Isso seria contrário ao que estabelece a Diretiva, contrário à Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e teria implicações negativas para a própria estabilidade financeira.

Possíveis Implicações para a Estabilidade Financeira

Efetivamente, a interferência com os direitos dos acionistas (e também dos obrigacionistas e outros investidores) pode ter efeitos adversos para a desejada estabilidade financeira, ou seja, pode levar a consequências que são exatamente o oposto daquilo que se pretende atingir.

Note-se que abolir ou atropelar os direitos dos acionistas – injustificada ou precipitadamente, de forma desproporcionada e sem justa compensação –, ou simplesmente criar-se a perceção de que tal pode ocorrer pode desencorajar o investimento no setor bancário e no mercado de capitais em geral. Este facto não deixará de ter consequências negativas, especialmente agravadas numa altura como a atual, em que os bancos, por imposições prudenciais, estão sujeitos a acrescidos requisitos de capital.

É aconselhável que não haja ilusões sobre esta matéria. Sem capital e sem acionistas não há bancos. ■

1. Saliente-se que se há agentes económicos que não deixam de sofrer perdas com o processo de degradação da situação económica dos bancos conducente à sua resolução são os acionistas, dado que à medida que as dificuldades do banco se vão materializando em informação pública, as suas cotações não deixarão de a refletir.
2. Note-se, aliás, que nem outra solução era admissível à luz da Convenção Europeia dos Direitos Humanos (ECHR) e da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (Charter), que protegem a propriedade privada, em termos que, de acordo com a jurisprudência já estabelecida pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (ECtHR), abrangem os direitos acionistas. À luz desta jurisprudência, a interferência com ou a violação dos direitos dos acionistas, além de apenas poder ter lugar quando a lei o permite e está em causa o interesse público, fica sujeita a um princípio de proporcionalidade e tem necessariamente de dar lugar a uma compensação justa.

Instituto de Formação Bancária
IFB – *The Portuguese Bank Training Institute*
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

Formação Profissional

Cursos Presenciais 2015

ÁREAS/CURSOS	ABR	MAI	JUN
Área de Comportamento Organizacional			
Gestão do Tempo			01 e 02
Liderança de Equipas		28 e 29	
Área de Contabilidade e Análise de Empresas			
Análise Económico-Financeira de Empresas	27 a 29		
Auditoria Interna Bancária – Nível I – Módulo Base	06 a 10		
Auditoria Interna Bancária – Nível II – Módulo Complementar		25 a 29	
Avaliação Financeira de Projetos	28 a 30		
Consolidação de Contas nas Empresas	13 e 14		
Contabilidade Bancária		06 a 08	
SNC – Sistema de Normalização Contabilística		21 e 22 (P)	
Área de Crédito			
Análise de Risco de Crédito		13 a 15 (P)	
Crédito à Habitação	6 e 7 (P)		
Crédito a Particulares e a Empresas	09 e 10		02 e 03 (P)
Gestão e Recuperação de Crédito	15 a 17	06 a 08 (P)	
Área de Direito			
Cheque – Normas e Procedimentos		11 a 12 (P)	
Clientes Bancários – Enquadramento Jurídico			03 e 04
Contratos e Garantias do Crédito	27 e 28		01 e 02 (P)
Garantias Bancárias		11 e 12	
Insolvência e o Processo Especial de Revitalização	13 e 14		
Letra e Livrança			15 e 16
Registos e Notariado		25 e 26	
Sigilo Bancário		25 (P)	
Área de Marketing e Gestão da Atividade Comercial			
Qualidade no Atendimento	29 e 30		
Técnicas de Negociação e Venda		04 e 05	
Área de Mercados Financeiros			
Mercado e Produtos Financeiros		11 a 13	
Operações de Bolsa e a Interligação aos Mercados	20 e 21		
Área de Operações e Técnicas Bancárias			
Anti-Money Laundering & Counter-Terrorism Financing - Update		18	
Anti-Money Laundering & Counter-Terrorism Financing		27 e 28 (P)	
Conta e Depósito Bancário	06		
Deteção da Falsificação e Contrafação de Meios de Pagamento	17	19 (P)	
Meios e Sistemas de Pagamentos Eletrónicos	10		
Operações Documentárias no Comércio Internacional	14 e 15		

(P) – Porto
Cursos com duração de 1 a 5 dias, conforme indicado, destinados a apoiar o desenvolvimento profissional dos participantes, sendo, por este motivo, "sem reconhecimento oficial".

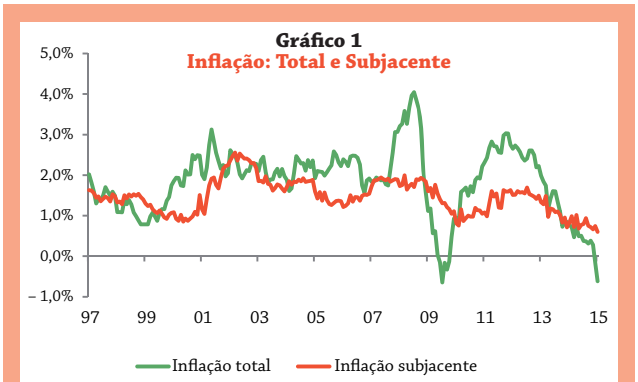
Veja os programas completos em www.ifb.pt ou contacte:
Teresa Corales – t.corales@ifb.pt

LISBOA
Av. 5 de Outubro, 164, 1069-198 Lisboa
Tel.: 217 916 278 Fax: 217 977 732
PORTO
Rua Fernandes Tomás, 352 – 4.º, 4000-209 Porto
Tel.: 225 194 120 Fax: 225 102 205

Dinâmicas de Inflação e o BCE

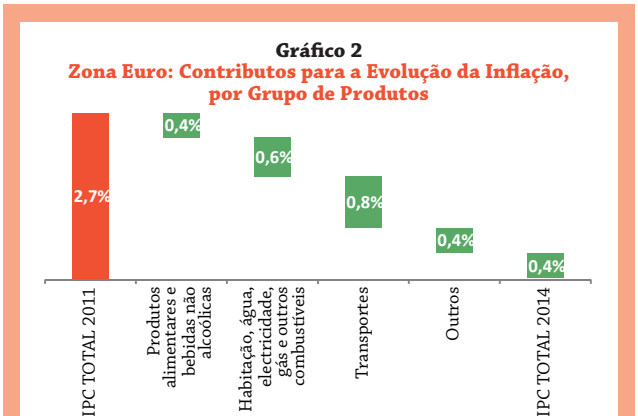
No momento em que o BCE inicia um ambicioso e agressivo programa de aquisição de activos financeiros, em especial dívida pública, importa analisar, com algum detalhe, as dinâmicas de inflação, que estão subjacentes à sua adopção e implementação.

Gráfico 1
Inflação: Total e Subjacente



Fonte: Bloomberg

Gráfico 2
Zona Euro: Contributos para a Evolução da Inflação, por Grupo de Produtos



Fonte: Bloomberg e Santander Totta Economic Research

O BCE, de acordo com o artigo 127(1) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e com o artigo 2.º dos seus estatutos, tem como objectivo primeiro a estabilidade dos preços. A interpretação que o Conselho de Governadores faz deste objectivo é de que a inflação, num horizonte de médio prazo (isto é, de 2 a 5 anos) se situe "próximo, mas abaixo de 2,0%".

No último ano, a inflação tem desacelerado de forma bastante pronunciada, para registar uma taxa média de 0,4% em 2014, e com o BCE a prever que, em 2015, e em média, se situe em 0,0%, isto sem prejuízo de nos primeiros meses de 2015, e em linha com o observado no final de 2014, já estar em terreno negativo. Contudo, isso não consubstancia, por si só, uma situação de deflação.

Tecnicamente falando, deflação é um estado que se caracteriza por uma descida generalizada dos preços (isto é, de todos os preços), num contexto de debilidade da procura e com expectativas generalizadas de que os preços continuem a cair, o que levaria as famílias (e demais agentes económicos) a adiarem as suas despesas, antecipando poder adquirir os bens e serviços por um preço mais baixo num futuro próximo.

À partida, apesar da inflação negativa, não se pode falar de um contexto deflacionário, seja desde logo porque nem todos os preços estão em queda. Com efeito, se excluída a evolução dos preços da alimentação e energia, os preços estão ainda em terreno positivo, ainda que a desacelerar (Gráficos 1 e 2).

A descida dos preços da energia é, assim, um dos principais factores a contribuírem para a forte desaceleração da inflação. O preço do petróleo, actualmente em redor de 60 dólares por barril, está a cair cerca de 43% face ao mesmo período do ano passado, tendo um efeito sobre a inflação de aproximadamente – 0,4pp (directamente, via preços dos combustíveis, e

Rui Constantino
Economista-Chefe do Banco Santander Totta

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

> "A descida dos preços da energia é, assim, um dos principais factores a contribuírem para a forte desaceleração da inflação."

indirectamente, via preços dos transportes). No entanto, e face aos mínimos de 45 dólares por barril observados no início deste ano, o preço do petróleo já subiu cerca de 32%, o que tem um efeito de subida sobre a evolução mensal dos preços. Por exemplo, se os preços estabilizassem, o efeito sobre a inflação dissipar-se-ia ao final de um ano.

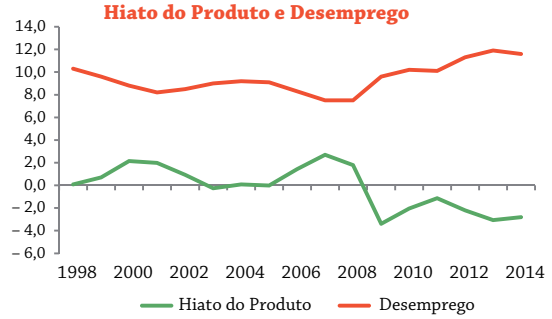
Dois outros factores têm impactos menos perceptíveis, no imediato, mas igualmente de forma mais estrutural. O primeiro prende-se com a folga da economia. Após a Grande Recessão, na sequência da crise financeira e soberana, a economia europeia tem estado a operar abaixo dos níveis consistentes com a plena utilização dos recursos. A Comissão Europeia estima, nas previsões da Primavera, que o hiato do produto seja de cerca de – 2,8pp do PIB potencial. Para corrigir este hiato, é necessário que a economia cresça acima do potencial, e enquanto isso não acontecer, a subutilização de recursos pode manter uma pressão desinflacionista sobre alguns produtos e/ou serviços.

O segundo destes factores tem que ver com as reformas estruturais que estão em curso na generalidade das economias europeias, tenham estado ou não sob programas de assistência económica e financeira. Na sequência da Grande Recessão, as empresas iniciaram processos de reestruturação, para recuperar a competitividade e aumentar a sua produtividade. Isso produz choques do lado da oferta, através dos quais é possível produzir produtos e serviços a um custo mais baixo, o qual se reflectirá nos preços no consumidor. Este factor conduz a um processo desinflacionista positivo.

No entanto, e numa conjuntura como a actual, pode não ser imediatamente perceptível quais destes factores são dominantes. Por exemplo, o hiato do produto é elevado e o consumo privado tem recuperado de forma muito gradual, devido também ao elevado desemprego (Gráficos 3 e 4).

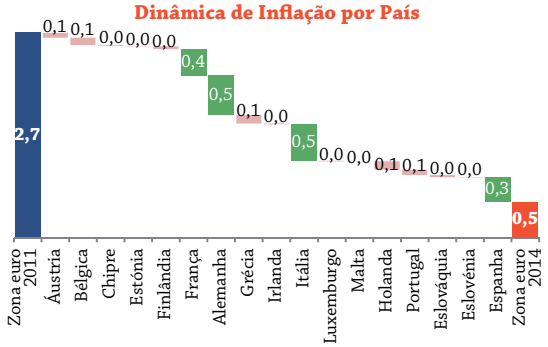
Por este motivo, a actuação do Banco Central Europeu visa mais influenciar a dinâmica das expectativas de inflação, as quais se têm vindo a reduzir nos últimos meses. Ou seja, a inflação observada pode flutuar, por oscilações dos preços da energia, por exemplo, mas se as expectativas de inflação de médio prazo permanecerem ancoradas em redor do objectivo do BCE, este tenderá a não agir. Como as expectativas se têm vindo a reduzir, o BCE procura travar que isso possa resultar em eventuais pressões deflacionistas (Gráficos 5 e 6).

Gráfico 3
Hiato do Produto e Desemprego



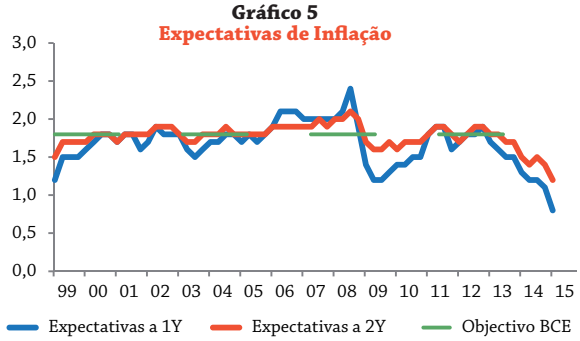
Fonte: Base AMECO

Gráfico 4
Dinâmica de Inflação por País



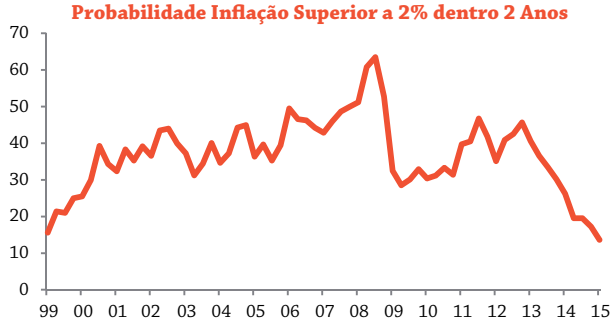
Fonte: Bloomberg e Santander Totta Economic Research

Gráfico 5
Expectativas de Inflação



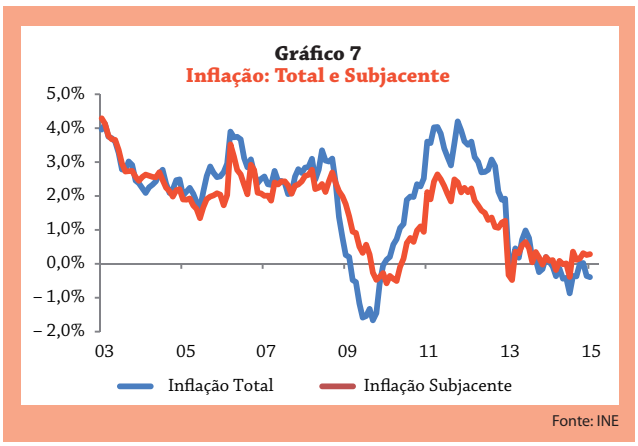
Fonte: BCE

Gráfico 6
Probabilidade Inflação Superior a 2% dentro 2 Anos

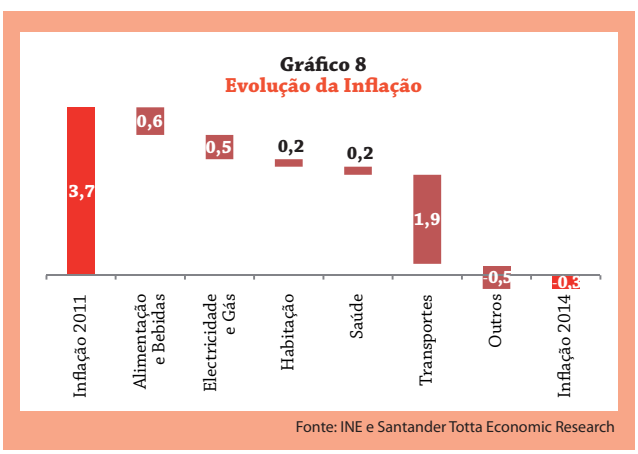


Fonte: BCE

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon



Fonte: INE

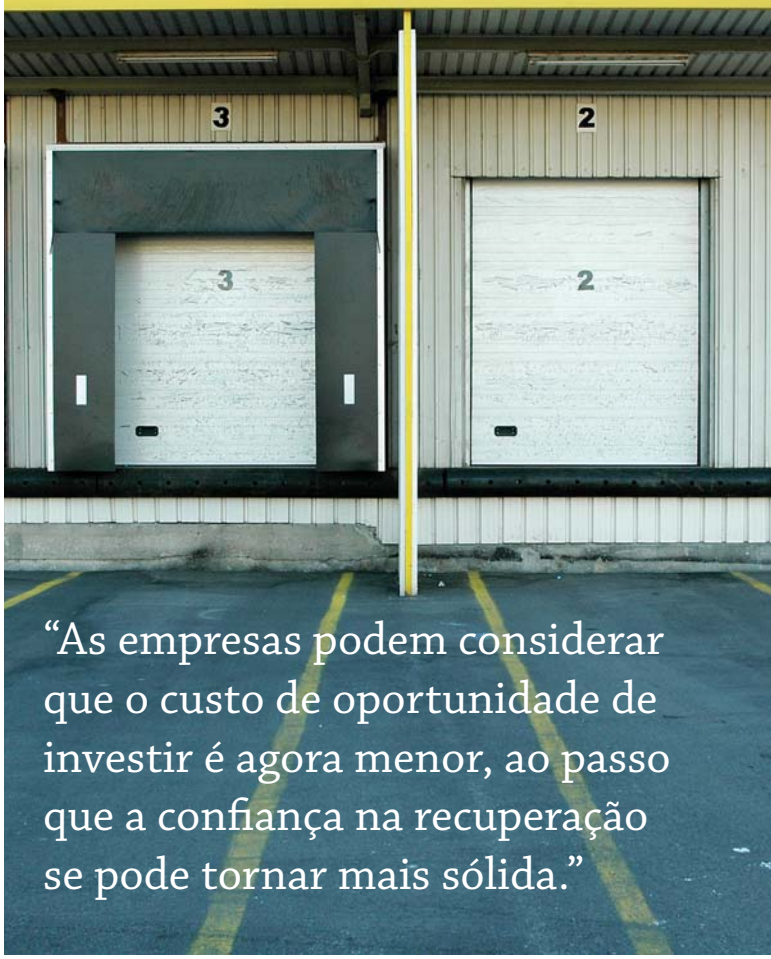


Fonte: INE e Santander Totta Economic Research

Ao iniciar o seu programa de aquisição de activos financeiros, o BCE pretende apoiar a recuperação da actividade económica e, assim, combater esses riscos. Por um lado, ao descer as taxas de juro da dívida pública, há um efeito de contágio aos demais activos, sendo já visível uma descida dos *spreads* de crédito. As empresas podem considerar que o custo de oportunidade de investir é agora menor, ao passo que a confiança na recuperação se pode tornar mais sólida. Por outro lado, e indirectamente, ao aumentar a liquidez na economia, o BCE reduz o preço relativo dos activos denominados em euros face aos denominados noutras moedas. De uma forma mais simples, induz uma depreciação do euro, que gera dois efeitos: aumenta a competitividade preço das exportações europeias; e ao aumentar o preço das importações, contribui para uma subida da inflação.

Há ainda um efeito adicional: a descida das taxas de juro soberanas num quadro de baixo crescimento ajuda no processo de estabilização dos já elevados rácios da dívida pública em relação ao PIB.

Em Portugal, a dinâmica de inflação não tem sido muito diferente da da Europa, em tendência, embora com uma maior desaceleração mais cedo, também associada ao processo de ajustamento que se iniciou em 2011 e que se materializou numa descida dos custos unitários do trabalho. Tal como na zona euro, embora a inflação total seja já negativa há alguns meses, a inflação subjacente tem permanecido em terreno positivo. Avaliando os contributos por grandes grupos de bens para a evolução da inflação entre 2011 e 2014, verifica-se que foi o grupo dos transportes aquele que teve o maior contributo para a descida dos preços no consumidor, em linha com a evolução dos preços da energia (Gráficos 7 e 8).



"As empresas podem considerar que o custo de oportunidade de investir é agora menor, ao passo que a confiança na recuperação se pode tornar mais sólida."

Em conclusão, a inflação na zona euro convergiu para níveis mínimos, fruto da descida dos preços da energia, mas também de um processo de reestruturação empresarial que, a prazo, aumentará a produtividade e o potencial de crescimento económico. No entanto, no mais curto prazo, e quando a recuperação económica não está ainda totalmente sustentada, a descida da inflação tem-se reflectido numa descida das expectativas quanto à evolução futura dos preços. O plano de aquisição de dívida pública agora iniciado pelo BCE tem o duplo objectivo de apoiar a recuperação da economia europeia e restabelecer expectativas de que, a médio prazo, a evolução dos preços esteja em linha com o objectivo de médio prazo. Essa é também a referência temporal para a duração do programa: até que as expectativas estejam alinhadas, sendo que decorrerá pelo menos até Setembro de 2016.

Isso coloca um desafio adicional: a gestão do sector bancário num contexto de taxas de juro baixas, ao longo de todo o espectro de maturidades da curva de rendimentos. ■

Texto escrito segundo a antiga ortografia.

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

Rita Machado*
Coordenadora da Secção

Uma Semana Dedicada à Educação Financeira na Europa

Ao longo de uma semana (9-13 Março), as associações bancárias de 23 países europeus implementaram em simultâneo programas que visaram promover a educação financeira, sensibilizando crianças e jovens para a importância da adopção de comportamentos ajustados no âmbito das suas opções financeiras presentes e futuras. De uma forma simbólica e articulada, promoveu-se a aquisição de uma maior e mais abrangente cultura financeira a nível europeu.

Reconhecendo a importância do tema e do desenvolvimanto de medidas a nível da prevenção primária, a European Banking Federation criou um Grupo de Trabalho especializado que, em conjunto, preparou ao longo de um ano a European Money Week (EMW). Numa 1.ª etapa, foram identificadas, a nível de cada país, as chamadas *best practices* que poderiam vir a servir de inspiração para as actividades a desenvolver nesta semana. Depois do seu levantamento e análise, elegeram-se algumas iniciativas que foram implementadas ao longo desta semana que pretendeu ter um carácter simbólico e sistémico na medida em que o tema esteve na ordem do dia. Terá impacto? Terá consequências? Provavelmente só o tempo nos poderá ajudar a responder a estas questões.

No entanto, sabemos que a Educação Financeira assenta em três pilares fundamentais, a saber: o conhecimento, as atitudes e os comportamentos. Trabalhando ao nível da sensibilização, fornecemos conceitos – conhecimento – que expectavelmente poderão vir a influenciar as opções financeiras futuras – atitudes e comportamentos. Partindo deste pressuposto, foi eleita a população mais jovem como alvo preferencial desta semana. Os alunos do Ensino Básico e Secundário, ou seja, crianças e jovens dos 7 aos 18 anos de idade.

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

Em Portugal e sob o lema "Investimos na Educação Financeira dos Adultos de Amanhã" a APB desenvolveu as seguintes iniciativas no âmbito da European Money Week:

1.ª Conferência da APB sobre Educação Financeira

Decorreu no passado dia 9 de Março na Culturgest uma conferência sobre Educação Financeira que contou com oradores nacionais e estrangeiros.

A conferência teve como principal objectivo assinalar simbolicamente o arranque das actividades da EMW, pretendendo constituir igualmente um fórum de reflexão e debate sobre o tema da Educação Financeira, envolvendo diferentes actores dos sistemas educativo e financeiro e da sociedade civil.

Na 1.ª parte da conferência, o tema "Educação Financeira" foi abordado numa perspectiva macro (OCDE), seguindo-se uma apresentação da iniciativa em causa a um nível europeu (EBF) e nacional. São de destacar as seguintes intervenções: Eng.º Fernando Faria de Oliveira (APB), Dr. Pedro Seixas Vale (APS), Prof. Pedro Duarte Neves (BdP), Dr.ª Lúcia Leitão (BdP/PNFF).

Na 2.ª parte da Conferência decorreu um Painel temático "Educação Financeira nas Escolas e na Sociedade Civil", moderado pelo Dr. Nicolau Santos, em que o tema foi discutido a dois níveis. Por um lado, o reconhecimento da importância de um trabalho precoce junto das crianças e dos jovens sensibilizando-os para a pertinência do tema (contributos da DGE – currículos escolares, APB, APS e ASFAC – projectos de cidadania), por outro, a importância que a questão assume na população adulta ao nível da sociedade civil (DECO e APB).

O encerramento da conferência foi feito pelo Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, Dr. Fernando Egídio dos Reis.

Actividades em Escolas

Ao longo da EMW, foram desenvolvidas actividades em 9 escolas do Ensino Básico e Secundário, tendo sido atingido um universo de cerca de 550 alunos.

As actividades foram dinamizadas por elementos do Grupo de Trabalho de Educação Financeira da APB e consistiram em:

- ***Quiz* sobre Educação Financeira**

Foi dinamizado, em contexto de sala de aula, um *Quiz* sobre Educação Financeira com os alunos, concebido em torno de conceitos básicos sobre o sistema bancário, (o que é um banco e quais as suas funções), alguns produtos bancários (contas, meios de pagamento, etc…) e o conceito de poupança e a sua importância. O *Quiz* dirigiu-se aos alunos do 3.º Ciclo e Secundário.

- **Concurso de Desenho – A Minha Nota de Euro**

A APB lançou um concurso de desenho que tem como principal objectivo promover a literacia financeira junto dos alunos do Ensino Básico, pretendendo estabelecer uma maior proximidade destes com o significado e a importância do dinheiro.

O regulamento do concurso está disponível em www.apb.pt, podendo qualquer aluno participar enviando um desenho para a APB até 15 de Maio.

Todos os desenhos recebidos serão avaliados por um júri, composto por elementos da APB, professores de Educação Visual e um artista plástico. Serão atribuídos prémios, por escalões etários, aos melhores desenhos.

Convém, no entanto, salientar que as actividades desenvolvidas nas escolas não se esgotaram na EMW, estando já previstas outras visitas a escolas, assim como a manutenção da iniciativa ao longo do ano. Está igualmente previsto o lançamento da 2.ª edição do concurso de desenho no início do próximo ano lectivo (2015-2016).

Em paralelo, a APB dará também continuidade às iniciativas que tem em curso junto da população adulta, às acções de formação para jornalistas e ao trabalho que está a ser desenvolvido com o PNFF, outras associações do sector financeiro e o Ministério da Educação e Ciência, com vista à produção de materiais pedagógicos para as escolas. Todas as iniciativas desenvolvidas no âmbito da Educação Financeira são valorizadas pela APB enquanto projecto de cidadania e de responsabilidade social. ■

***Coordenadora do Projecto de Educação Financeira da APB.**

Texto escrito segundo a antiga ortografia.

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

life style

MEO Arena: Marque na sua Agenda!

http://en.wikipedia.org/wiki/MEO_Arena

Já estão marcados diversos eventos das mais diversas categorias na maior sala de espetáculos do país.
Abril e maio serão meses em que a Meo Arena apresenta diversos eventos dos mais diferentes géneros.
Abril é, talvez, o mês mais eclético em termos de eventos na Meo Arena. Logo no primeiro dia do mês acontece o concerto dos irlandeses **The Script**, que vão passar por Lisboa com o seu novo trabalho, "No Sound Without Silence", lançado no passado dia 12 de setembro.
No dia 9 é o convite para "abrir o coração" e ser solidário. O **"Concerto por um Novo Futuro"** traz os grandes êxitos dos anos 80 para a ribalta com Os Corvos e uma série de convidados especiais, como é o caso de António Manuel Ribeiro (UHF), Carlos Tavares (Grupo de Baile), José Cid, Luís Portugal (Jáfu'mega), Luís Represas, Miguel Ângelo (Delfins), Pedro Oliveira (Sétima Legião) e Tim (Xutos & Pontapés). A primeira parte ficará a cargo de Cuca Roseta. De realçar que a receita deste espetáculo anual reverterá integralmente para a Associação Novo Futuro.
Já o dia 18 volta a trazer Beto Perez, criador do Zumba, a Portugal para o **Zumba *Fitness Party***. Esta edição terá como parceiro solidário a **Fundação *Make-A-Wish*** Portugal, onde parte da bilheteira reverte para esta IPSS.
Se é fanático do futebol de ataque, então no "fim de semana da liberdade" não pode perder a **Final Four da UEFA Futsal Cup**. Esta competição é equivalente à Liga dos Campeões de futebol e terá como anfitrião o Sporting CP. O FC Barcelona (Espanha), Dina Moskva (Rússia) e Kairat Almaty (Cazaquistão) juntam-se aos 'leões' para ver quem será o próximo campeão europeu de futsal.
Roberto Carlos, **Pablo Alborán** e **Julio Iglesias** vão fazer da **Meo Arena** uma **sala** cheia de **emoções em maio**.
O rei volta a Portugal dia 14 de maio, nove anos depois de ter esgotado a mesma sala por duas vezes. Conta com mais de 50 anos de carreira e nos espetáculos poderá deliciar-se com os seus êxitos "As Baleias" ou o "Calhambeque".
Já Pablo Alborán, artista da nova vaga, atua dia 23 de maio. O espanhol é o artista que mais discos vendeu em Espanha em 2011, 2012 e 2013, muito devido a músicas como "Perdóname" ou "Solamente Tú". O dia 30 recebe o cantor romântico Julio Iglesias. Conta com 45 anos de carreira e mais de 300 milhões de discos vendidos, o que lhe dá um saldo de mais de 3000 discos de ouro e platina. ■

Varinas de Lisboa: Memórias da Cidade

Conhecemo-las como varinas apenas porque os caprichos do uso e do tempo lhes retiraram uma letra que lhes traía a origem e indiciava uma história de migração. Começaram por ser ovarinas, porque eram principalmente de Ovar, Murtosa e outras localidades perto de Aveiro, e vinham para Lisboa em busca de trabalho.
As varinas foram também, por mérito próprio, fonte de inspiração para gerações de artistas que as retrataram nos mais diversos meios. Numa homenagem mais do que devida a um grupo de mulheres cuja imagem se vem a confundir com a da própria cidade, é agora apresentada uma seleção destas obras numa exposição organizada pelo Museu da Cidade e do Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa (até final de maio/terça a domingo, das 10h às 13h e das 14h às 18h). ■

http://www.cm-lisboa.pt/eventos-agenda/detalhe/article/varinas-de-lisboa-memorias-da-cidade

À Descoberta do São Luiz: Visitas Guiadas ao Teatro Municipal

Antes de ser São Luiz, foi D. Amélia e, pouco depois da revolução de 1910, República. É um dos teatros centenários da cidade, e também um dos mais belos. Caracterizado por uma programação eclética e destinada a todos os tipos de público, o São Luiz Teatro Municipal dispõe agora de visitas guiadas, realizadas no primeiro sábado de cada mês. Um contributo para aproximar ainda mais os lisboetas daquele que muitos já se habituaram a designar como "o teatro da cidade".
Na opinião de Aida Tavares, atual diretora artística do teatro municipal, "estas visitas permitem uma aproximação dos mais variados tipos de público com este teatro".
As visitas guiadas ao São Luiz para o público em geral têm o custo de dois euros (grátis para crianças até aos 10 anos) e requerem marcação prévia através do telefone 213 257 662 ou endereço de e-mail visitas@teatrosaoluiz.pt. As visitas para grupos escolares estão disponíveis às segundas e quartas-feiras e são gratuitas. Mediante contacto prévio, há ainda a hipótese de visitas para grupos organizados. ■

http://www.teatrosaoluiz.pt/

BREVES:

MERCADO DA SAUDADE

Mercados da Praça – Feira de Colecionismo, Antiguidades, Velharias

Local: Praça de Toiros do Campo Pequeno (Centro de Lazer Campo Pequeno, Torreão Sul) – 3ª sex. do mês, 1.º e 3.º sáb. do mês. Até ao fim de outubro: 9h-19h. A partir de novembro: 9h-17h

Aconteceu a
1 de Abril de 1997
Portugal assume a presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

Atividades Internacionais do IFB

África

Projeto de Assistência Técnica ao Instituto de Formação Bancária de Angola (Proj.AT/IFBA)

No âmbito do Proj.AT/IFBA, o IFB-Portugal continua a acompanhar a reestruturação orgânica e funcional do Instituto de Formação Bancária de Angola (IFBA) e a desenvolver, de acordo com o planeado, as atividades previstas no Plano de Implementação do Projeto.

Em novembro de 2014, Abel da Costa, Diretor de Formação e Pedagógica, e Gualdina Santos, Diretora Administrativa e de Recursos Humanos do IFBA, estagiaram no IFB-Portugal, tendo mantido contactos com todas as unidades orgânicas do IFB-PT/ISGB-PT. Igualmente, em dezembro de 2014, estagiou no IFB-PT/ISGB-PT Simão Gamba, Diretor de Contabilidade e Finanças do IFBA.

Outros Projetos com o IFBA

Em complementaridade ao Proj.AT/IFBA, o IFB-Portugal, em parceria com o IFBA, preparou e desenvolveu o Curso Intensivo para Jovens Candidatos à Banca (CIJCB), que tem como objetivo transmitir, a formandos que pretendam vir a desempenhar funções na banca ou noutras instituições financeiras, um conjunto de competências e de conhecimentos sobre a atividade bancária. As três primeiras edições do Curso tiveram início no mês de fevereiro de 2015. A 4.ª edição teve início no passado mês de março. A adesão registada tem sido grande, estando já em preparação a 5.ª edição do Curso, a iniciar em abril. O Diretor do Gabinete de Relações Internacionais – África deslocou-se a Luanda para acompanhar o lançamento desta iniciativa, tendo aproveitado para desenvolver diversas reuniões de trabalho com instituições do setor bancário para divulgação dos cursos e identificação de adicionais necessidades de formação.

Outras Atividades em África

IFB-Portugal & Países Africanos de Língua Portuguesa & Timor-Leste

O IFB-Portugal continua a desenvolver uma intensa atividade com as instituições dos sistemas financeiros dos Países Africanos de Língua Portuguesa e de Timor-Leste.

Encontra-se em preparação a 14.ª edição do Curso Integrado de Gestão Bancária, que terá lugar, como habitualmente, no IFB-Portugal. O Curso Integrado de Gestão Bancária é um projeto que conta com o apoio da Associação Portuguesa de Bancos (APB) e do IFB-Portugal, que se destina a colaboradores bancários dos Países Africanos de Língua Portuguesa e de Timor-Leste. Este curso tem uma duração de cerca de três meses e pretende dotar os participantes de conhecimentos e saberes em matérias que no essencial se relacionam com o apoio à gestão. ■

Europa

O IFB e os parceiros do projeto QUALES estão a incorporar boas práticas no âmbito dos sistemas de garantia da qualidade, transferindo algumas das orientações que integram o projeto.

Visam assim reforçar a confiança dos clientes e a credibilidade institucional, melhorando a eficiência e o posicionamento no mercado.

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

"Poupar? Investir? Contrair Crédito? Pergunte aos Nossos Alunos!"

***Workshops* conduzidos pelos Formandos Finalistas**
Dirigidos aos Pais, Familiares e Amigos dos Alunos do Curso
19 de fevereiro de 2015

Numa instituição como o IFB, em que os jovens estudam e conhecem estas matérias, a ideia de que possam transmitir, de uma forma simples, clara e adaptada à população-alvo, conhecimentos financeiros, numa ótica de Educação Financeira, faz todo o sentido, uma vez que persegue o nobre objetivo de ajudar as pessoas a deterem mais informação, a perceberem melhor as consequências das suas decisões e a avaliarem melhor, em cada momento, as diferentes alternativas que se colocam sobre a sua vida financeira. ■

Não só os Pais, Familiares e Amigos, mas também alguns Alunos do 1.º Ano tiveram oportunidade de participar e aumentar os seus conhecimentos.

Os Vencedores – Equipa do Investimento – recebem os seus prémios simbólicos e o seu Certificado. As restantes Equipas ficaram empatadas em segundo lugar, devido à qualidade dos trabalhos apresentados. Todos estão de parabéns.

NOTAS: Este Projeto segue os objetivos do Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), definido pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros – Banco de Portugal, CMVM e Instituto de Seguros de Portugal –, objetivos aos quais se junta a Associação Portuguesa de Bancos.
O desenvolvimento dos temas da Poupança, Investimento e Crédito inspirou-se igualmente no site "todos contam" www.todoscontam.pt, site oficial do Plano Nacional de Formação Financeira e também no site "boas práticas, boas contas" www.boaspraticasboascontas.pt, site desenvolvido pela Associação Portuguesa de Bancos.

SESSÃO DE ENTREGA DE DIPLOMAS

No dia 24 de fevereiro em Lisboa, e no dia 25 de fevereiro no Porto teve lugar a cerimónia de Entrega de Diplomas e Certificados de Qualificação aos 72 jovens que concluíram os seus Cursos de Formação em Alternância na Banca, em 2014.
Como é habitual nestas sessões, foram também distinguidos os Melhores Alunos de cada Ano e Curso, tendo 25 jovens recebido o prémio "Formandos 100%" – zero faltas e zero negativas, no ano letivo anterior.
Na entrega dos Diplomas, para além de elementos da Direção do IFB, honraram-nos com a sua presença, em Lisboa:

- Dr. Victor Gil, Delegado Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Instituto do Emprego e Formação Profissional;
- Dr. Jorge Patrício Paúl, Secretário-Geral Adjunto da Associação Portuguesa de Bancos;
- Dr. Carlos Bruno Pereira, Diretor da Caixa Geral de Depósitos e Antigo Aluno.

Na Sessão de entrega de Diplomas do Porto, para além de elementos da Direção do IFB, honraram-nos com a sua presença:

- Dr. César Ferreira, Delegado Regional Norte do Instituto do Emprego e Formação Profissional;
- Dr. Luís Clérigo, Direção da CGD.

Agradecemos a presença de representantes dos Bancos Aderentes ao Projeto e dos Formadores que se juntaram a nós, neste importante momento. ■

Lisboa

Porto

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

Instituto de Formação Bancária
IFB – *The Portuguese Bank Training Institute*
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

Departamento de Formação Profissional

DESTAQUES
abr - jun 2015

Curso
Insolvência e o Processo Especial de Revitalização

Data: 13 e 14 abr.
Horário: 09h00 – 12h00 / 13h00 – 17h00
Duração: 12 horas
Local: Lisboa

Curso
Garantias Bancárias

Data: 11 e 12 mai.
Horário: 09h00 – 12h00 / 13h00 – 16h00
Duração: 12 horas
Local: Lisboa

Curso
Operações Documentárias no Comércio Internacional

Data: 14 e 15 abr.
Horário: 09h00 – 12h00 / 13h00 – 16h00
Duração: 12 horas
Local: Lisboa

Curso
Liderança de Equipas

Data: 28 e 29 mai.
Horário: 09h00 – 12h00 / 13h00 – 16h00
Duração: 12 horas
Local: Lisboa

Workshop ... NOVO
Fim dos Centros Financeiros *Offshore*?

Data: 16 abr.
Horário: 09h00 – 12h30 / 13h30 – 17h00
Duração: 7 horas
Local: Lisboa

Curso
Letra e Livrança

Data: 15 e 16 jun.
Horário: 09h00 – 12h00 / 13h00 – 16h00
Duração: 12 horas
Local: Lisboa

Curso
Mercado e Produtos Financeiros

Data: 11 a 13 mai.
Horário: 09h00 – 12h00 / 13h00 – 16h00
Duração: 18 horas
Local: Lisboa

Anti-Money Laundering & Counter-Terrorism Financing

Metodologia: *e-Learning* ou Presencial
Duração: ***e-Learning:*** 8 semanas
Presencial: 14 horas
Local: Lisboa (presencial)

Copyright © 2015 by IFB/APB, Lisbon

Cursos destinados a apoiar o desenvolvimento profissional dos participantes, sendo, por este motivo, "sem reconhecimento oficial".

www.ifb.pt
e-mail: dfp.ifb@ifb.pt

Instituto de Formação Bancária
IFB – *The Portuguese Bank Training Institute*

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Lisboa | Porto

Desde 1992

CURSO para JOVENS BANCA

> **Formação em Alternância: em Sala e em Bancos**

ESTÁGIOS GARANTIDOS em **BANCOS** nos **3 ANOS DO CURSO**

APOIO FINANCEIRO aos **FORMANDOS**

Se tens o 9º Ano

(até ao 12º Ano incompleto)

CANDIDATA-TE

Até 15 de Julho de 2015

Início: Setembro de 2015

Curso de Técnicas e Operações Bancárias

Dupla Certificação: 12º Ano e Nível 4
Saída Profissional: Técnico Comercial Bancário

Curso de Aprendizagem a realizar em Lisboa e Porto, em setembro de 2015, após autorização do IEFP.

IFB – Lisboa
Av. 5 de Outubro, 164, 1069-198 Lisboa
Tel.: 217 816 550 Fax: 217 940 514

IFB – Porto
Rua Fernandes Tomás, 352 – 4º, 4000-209 Porto
Tel.: 225 194 120 Fax: 225 102 205

www.ifb.pt
alternancia@ifb.pt

GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL | POPH | QREN QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL | UNIÃO EUROPEIA Fundo Social Europeu